

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Para Arminio, escândalo foi "falha grotesca" 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Retrato dos fracos 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A conta do clima que é paga no asfalto 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso debate taxa das blusinhas 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA desacelera para 0,07% 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

"Cuidar da saúde na atenção básica" 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O silencioso assassinato do drawback (Artigo) 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso instala hoje comissão da MP das blusinhas 15

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto de incentivo à produção de fertilizantes passa no Senado 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo amplia a lista de auxílio-doença sem carência 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Pacote de apoio de Motta inclui Mesa da Câmara 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Judiciário condena empresas por assédio organizacional 20

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Os efeitos colaterais do súbito emagrecimento da fila do INSS (inss) 22

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo consegue destravar seis MPs e comissões mistas serão instaladas nesta quarta
..... 24

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

FGC cobra balanço do BRB.....	25
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Zona Franca agrava quadro de baixo crescimento - ZEINA LATIF.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Após investimento recorde, setor de infraestrutura vê otimismo perder força.....	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo tenta espantar "jabutis" de projeto sobre combustíveis.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Justiça pode monitorar contas de ex-executivos e de acionista da Americanas.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA	
O custo da crise entre Milei e Lula - ANDRÉS OPPENHEIMER.....	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inflação desacelera em julho, mas preço de serviços ainda preocupa.....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Após ata do Copom, maioria do mercado vê só mais um corte da Selic.....	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
BC não dá pistas sobre redução adicional de juros.....	37
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Bolsa fecha no menor patamar desde janeiro; dólar vai a R\$ 5,16.....	38
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
INFLAÇÃO ABAIXO DO TETO - IPCA tem menor alta para julho em 4 anos, mas cenário e El Niño preocupam economistas e BC.....	39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Fuga de estrangeiros derruba Bolsa, e dólar vai a R\$ 5,16.....	41
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Demanda pressiona inflação, o que exige Selic elevada, avalia BC.....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
No debate do ajuste fiscal, nada é o que parece.....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
IPCA volta a ficar abaixo do teto, mas sinaliza o fim da melhora.....	46
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
IFI vê economia aquecida, mesmo com desaceleração.....	48

Quarta-Feira, 12 de Agosto de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Menos informação do Fed, mais incerteza 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ata e IPCA reforçam previsão de corte da Selic em setembro 51

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Copom vê juro alto funcionando e destaca limite para flexibilização 53

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

FMI e a nova fronteira dos fundos de investimento 54

Para Armínio, escândalo foi "falha grotesca"

O ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse ontem que o escândalo do Banco Master se deu por uma falha "grotesca" de aplicação, e não por falta de regulação. "Não diria que o caso Master, que está tão em voga, foi uma falha de regulação. Mas foi uma falha da aplicação de uma regulação. Foi uma falha, eu diria, grotesca. Hoje, sabemos das suspeitas de corrupção. Tudo muito triste", comentou, em um debate sobre regulação de mercados realizado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee).

Segundo Armínio, o caso Master deixará lições, principalmente em

relação ao desenho do Fundo Garan-tidor de Crédito, cujas garantias, lembrou, permitiram ao banco de Daniel Vorcaro captar recursos a custo baixo. Conforme lembrou, isso causou prejuízos enormes a grandes bancos com a quebra da instituição. "Então, acho que este é um tema que terá que ser revisto", comentou o ex-presidente do BC, referindo-se ao FGC.

O economista, que também é só-cio-fundador da Gávea Investimentos, defendeu a consolidação das agências de regulação financeira dentro de um novo modelo baseado em objetivos, ao invés de setores, conhecido como "twin peaks". Ao invés de

uma agência para bancos, outra para seguros e outra para o mercado de capitais, o sistema seria unificado e dividido em apenas duas grandes autoridades reguladoras independentes: uma prudencial, para monitorar a saúde financeira das instituições e mitigar o risco sistêmico, e outra de conduta - para fiscalizar o comportamento das instituições.

"Não sei se isso seria tão complicado. Não teria muito medo, não. Vai ser caótico do mesmo jeito, mas talvez permita, ao longo do tempo, uma regulação mais clara e, portanto, mais fácil de acompanhar e monitorar", explicou.

Armínio lembrou que, em 2002, já entendia que a Secretaria de **Previdência Complementar**, criada para regular, fiscalizar e supervisionar o mercado de previdência privada fechada, poderia trabalhar junto com a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ele defendeu que a regulação é necessária para proteger a saúde dos mercados, mas precisa ser também flexível para não inibir a inovação. "Se não

houver certo cuidado, ela também pode abafar a criatividade e o ímpeto característico dos mercados", afirmou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/08/12/all.pdf>

Retrato dos fracos

Saiu na Piauí e, depois, em jornais e revistas, a foto que estava no celular do senador Weverton Rocha (PDT-MA), apreendido em operação de busca e apreensão autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mostra, numa piscina ou banheira, o então ministro do governo Lula, Juscelino Filho, os deputados Elmar Nascimento (União-BR) e Alexandre Ramagem (PL-RJ), e os senadores Efraim Filho (PL-PB), Weverton e Ângelo Coronel (Republicanos-BR). No meio deles, dentro d'água,

o advogado Willer Tomaz, dono da casa. Em pé, fora d'água, o então presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) e o deputado Paulo Azi (União-BR). Políticos do PDT, União, PL, PP e Republicanos. Publicou-se que foi no Rancho Tomaz, em Planaltina (DF), a confraternização, com a foto de 23 de abril de 2023.

Nenhum crime é sugerido pela foto, mas algo é revelado pela reação à divulgação da imagem. Ramagem, que segurava uma garrafa, postou uma longa explicação, sobre o caráter familiar da reunião. Weverton ficou indignado com o "vazamento" e a divulgação, como se estivesse admitindo que haveria algo a esconder ou estivesse envergonhado pela exposição. De fato, dentro do que parece ser uma banheira de

hidromassagem, eram rostos deslumbrados, na água iluminada por luz azul. Nove homens dentro d'água e dois sentados na borda, numa cena de marmanjos com sorriso pueril estampado nos rostos. Todos batizados pela mesma água.

Guardanapos e uísque

Faz lembrar a cena da "farra dos guardanapos" em Paris, em 2009, com o então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, dando uma festa de R\$ 1,5 milhão, com seus secretários, mais empresários, e Eduardo Paes. Lembra, também, a degustação do uísque Macallan, em Londres, em abril de 2024, que custou a Daniel Vorcaro o dobro da farra de Sérgio Cabral.

Lá estavam os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, o procurador-geral Paulo Gonet, o ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, o ex-ministro da Justiça Ricardo Lewandowski, o diretor da Polícia Federal Andrei Rodrigues, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). Não é preciso mencionar outros festins de Vorcaro.

Festas assim chamam atenção porque parecem deboche à maciça maioria dos brasileiros, que pagam **impostos** para sustentar os agentes do Estado e os elegem. Por coincidência, três meses antes de Moraes estar na degustação do Macal-lan, sua mulher e seus filhos haviam assinado contrato de R\$ 129 milhões - um valor inusitado - com o Banco Master. Um

caso típico das lições não aprendidas do episódio histórico mulher de Cezar. Tampouco custa lembrar que o senador We-verton tomava emprestado jatinho do advogado Tomaz, o dono da banheira, para transportes entre Brasília e o Maranhão. O senador e o advogado estão investigados na Operação Sem Desconto, que trata da subtração total de R\$ 6 bilhões dos idosos da Previdência.

Pessoas públicas, agentes do Estado, servidores do público, precisam ter um mínimo de postura, de modos, de conduta, porque são exemplo, pois estão no topo, expostas. Como em cenas passadas, a banheira de recreio é bem o retrato da sedução, do fetiche, que o poder exerce sobre fracos de espírito.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/08/12/all.pdf>

A conta do clima que é paga no asfalto

» ADRIANA BERNARDES » ANA CAROLINA ALVES

As mudanças climáticas chegaram na cabine do caminhão e nas planilhas do transporte rodoviário de cargas. Entre estradas bloqueadas por desastres, ondas de calor, entregas atrasadas e custos operacionais em disparada, o setor que movimenta quase dois terços do que o Brasil produz enfrenta o desafio de se readaptar a um novo cenário de riscos. Para evitar o colapso da infraestrutura ao longo dos 105 mil quilômetros de rodovias da União, o governo federal e o Sistema Nacional de Fomento desenharam uma ofensiva estratégica que une o Plano Clima a bilhões de reais em linhas de crédito verde.

O Plano Setorial de Transportes (2025), elaborado em conjunto pelos ministérios dos Transportes, Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ciência e Tecnologia e Portos e Aeroportos detalha como as mudanças climáticas afetam o caminhão e a operação das empresas; lista grandes grupos de riscos que impactam diretamente o transporte rodoviário.

Também define diretrizes e compartilha as responsabilidades entre órgãos do governo e as concessionárias que administram as estradas, como a Meta 27, que exige sistemas de proteção e resiliência contra eventos climáticos em 80% das novas obras rodoviárias; executar obras de proteção em metade das áreas mapeadas como de alto risco de desastres relacionados ao clima (Meta 28); e desenvolver pelo menos dois projetos de pesquisa aplicados para testar novas tecnologias e materiais mais resistentes no asfalto e na operação rodoviária (Meta M25).

O desafio é enorme. O país conta com cerca de 105 mil km de rodovias federais por onde são transportados quase dois terços de todo o esforço do transporte de cargas do país. Uma pesquisa de doutorado desenvolvida no Grupo de Estudos e Pesquisas em Pavimentação e Segurança Viária (GEPPASV) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) sob orientação do professor doutor Luciano Pivoto Specht, analisou o impacto da elevação das temperaturas e dos eventos extremos de calor no desempenho das vias, revelando que a vulnerabilidade é ainda mais acentuada em regiões como o Centro-Oeste.

Entre as consequências está o surgimento acelerado de afundamentos nas trilhas de roda que, segundo as simulações, podem reduzir drasticamente a durabilidade do asfalto. "Na prática, se não

selecionarmos materiais adequados, o pavimento vai falhar mais rapidamente. Quando simulamos a estrutura, percebemos que esses danos podem reduzir a vida útil em até quase 50%. Ou seja: um pavimento projetado para durar 10 anos pode atingir o limite de projeto em apenas cinco, exigindo intervenções precoces" alerta o doutor em engenharia civil responsável pela pesquisa.

Asfixia

Os efeitos chegam diariamente à cabine e ao bolso do motorista. Com 51 anos de idade e 33 dedicados ao volante, Aldacir Cadore carrega a tradição familiar de três gerações de caminhoneiros, mas afirma nunca ter enfrentado um cenário tão crítico, em que a degradação da infraestrutura rodoviária e o avanço dos eventos climáticos extremos asfixiam o transporte de cargas. Operando no escoamento de safras em Goiás rumo a Luziânia, ele convive com prejuízos diários com quebras de suspensão e pneus estourados em buracos de vias como a BR-040.

"Nas primeiras chuvas já abrem crateras e, no calor intenso, o asfalto derrete" relata Aldacir, ressaltando que a incerteza nos trajetos longos forçou a

categoria a migrar para rotas regionais e mais curtas.

A mudança de estratégia, contudo, esbarrou nos impactos do clima sobre o próprio agronegócio, setor do qual dependem cerca de 70% das operações de transporte do país. Com secas severas e quebras de safra reduzindo a movimentação de grãos, a frota de quatro caminhões de Aldacir corre o risco de ter a operação cortada pela metade, inviabilizando a manutenção básica dos veículos e o acesso ao crédito.

"Como presto serviço para eles, sou o elo mais fraco da corrente: o impacto é direto na veia. Há três anos e meio não consigo manter a manutenção e a troca de pneus em dia, quanto mais renovar a frota. Tenho nome limpo, **impostos** em dia, mas o crédito não chega na ponta" desabafa.

Para reduzir esses danos e evitar o en-carecimento logístico no país, a pesquisa aponta como solução indispensável a aplicação de ligantes asfálticos modificados por polímeros ou borracha de pneus. No entanto, o pesquisador ressalta que o desafio financeiro e técnico tende a crescer na mesma proporção em que as projeções climáticas indicam o

agravamento dos episódios de calor e de precipitações intensas.

"Muitas obras já utilizam esses materiais, mas quanto maior for a temperatura, maior será o grau de modificação exigido e, conseqüentemente, maiores serão os custos de infraestrutura. Além disso, o problema é ainda mais amplo, pois as chuvas extremas também afetam a estabilidade de encostas e a segurança viária", conclui, destacando a necessidade de revisão urgente nos critérios de projeto das rodovias brasileiras.

Move Brasil

Para isso, o governo federal disponibiliza recursos do Orçamento para investimentos, além de outros, do Fundo Clima, Fundo Amazônia e instrumentos de blended finance, articulando capital público e privado para financiar ações de adaptação.

O Sistema Nacional de Fomento (SNF), representado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), reúne instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), bancos públicos e agências de fomento para viabilizar essa transição. Na prática, o braço financeiro do desenvolvimento opera em diferentes frentes de financiamento (no quadro, o raio X do financiamento verde no transporte)

A grande aposta para acelerar essa virada de chave é o programa Move Brasil 2, focado na renovação da frota nacional. Com um aporte global de R\$ 21,2 bilhões - fruto da união entre o Tesouro Nacional (R\$ 14,5 bi) e o BNDES (R\$ 6,7 bi) -, destina R\$ 2 bilhões exclusivos para o financiamento de ônibus e micro-ônibus menos poluentes.

Para a ABDE, no entanto, a conta da sustentabilidade não fecha apenas com a compra de novos veículos. A consolidação da eletromobidade exige garantir crédito de longo prazo e criar uma rede sólida de suporte, que inclui desde a expansão da infraestrutura de recarga e adequação das garagens até a modernização dos sistemas de gestão das empresas transportadoras.

Diretor-executivo da ABDE, André Godoy afirmou que o sistema de financiamento brasileiro conta com diferentes instrumentos para apoiar a descarbonização do transporte, mas é necessário ampliar o acesso das empresas

ao crédito. "A ABDE reúne 35 instituições, além dos bancos federais, e essas instituições são grandes operadoras dos programas que são viabilizados como

política pública", disse.

Na visão de Godoy, porém, o financiamento público sozinho não é suficiente para promover a transformação necessária no setor. A descarbonização exigirá a combinação de recursos públicos e privados, especialmente diante da escala dos investimentos necessários.

"Sempre vai ser necessário que o setor privado atue também no financiamento de uma questão que é tão estratégica para o país", afirmou.

Ele citou o Eco Invest Brasil como exemplo de iniciativa voltada à atração de capital privado, utilizando recursos públicos como mecanismo de estímulo para ampliar os investimentos em projetos relacionados à agenda climática. "Você tem um recurso público que funciona como catalítico, que tem por objetivo atrair mais capital privado", explicou.

Entre as medidas capazes de acelerar a transição, o diretor destacou programas de renovação da frota, como o Move Brasil 2. "A frota brasileira é muito antiga. A partir do momento que os veículos foram ficando mais caros, ela tende a ficar cada vez mais antiga", observa.

Para Godoy, a renovação produz um duplo efeito: beneficia diretamente o transportador e contribui para a redução das emissões. "Programas que viabilizem essa renovação não somente trazem um ganho para o tomador, mas uma externalidade positiva muito relevante, que é a redução das emissões", destaca.

Além da troca dos veículos, Godoy ressalta que a descarbonização em larga escala depende de investimentos em toda a estrutura que sustenta o transporte. Isso inclui infraestrutura de recarga, rede elétrica, garagens, sistemas de gestão, manutenção e desenvolvimento de novas tecnologias.

"Descarbonização do transporte não é somente substituição de frota. Existe uma estrutura completa de financiamento que contém o veículo, infraestrutura de recarga, rede elétrica, garagem, sistema de gestão, manutenção, inovação e desenvolvimento tecnológico", destaca.

Além disso, segundo o executivo, são necessários recursos para pesquisa e desenvolvimento de combustíveis, baterias, mobilidade elétrica e outras soluções de baixo carbono. "Para cada tipo de objetivo, você tem instrumentos diferentes. Juntamente com instrumentos permanentes, vamos conseguir chegar lá na frente a uma economia de baixa emissão no setor de transporte", assegura.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/08/12/all.pdf>

Congresso debate taxa das blusinhas

» LUÍZA ALTOÉ

Com o prazo apertado, o Congresso Nacional instala hoje a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória nº 1357/2026, que pôs fim ao imposto federal de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, conhecido como "taxa das blusinhas". Para que continue produzindo efeitos por tempo indeterminado, a medida precisa ser aprovada na comissão e no Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal até dia 8 de setembro.

A convocação da instalação da comissão que beneficia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva eleitoralmente ocorre na semana seguinte à do encontro entre ele e o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), na casa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Eles não se falavam desde abril, quando os senadores rejeitaram a indicação do presidente Lula ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde então, Alcolumbre não deu andamento às prioridades do governo na Casa e não procurou Lula. Pautas como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala de trabalho 6x1, a PEC da Segurança Pública e o projeto da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos não avançaram no Senado Federal desde que foram aprovados na Câmara dos Deputados. A avaliação de governistas é de que alguns dos temas podem ter andamento após uma segunda reunião entre Lula e Alcolumbre, prevista para hoje.

A MP foi publicada em maio, após o governo arrecadar R\$ 1,8 bilhão com o tributo apenas nos quatro primeiros meses do ano. De um lado, consumidores brasileiros criticam a taxa apontando que ela encarece produtos de baixo valor adquiridos por meio de plataformas

internacionais de comércio virtual. Do outro, representantes de varejistas indicam que o fim da taxa gera uma concorrência desigual com o comércio nacional e, portanto, defendem uma "isonomia tributária" com um equilíbrio da tributação entre produtos nacionais e importados.

Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Re-publicanos-PB), afirmou que ainda conversaria com os líderes partidários, Alcolumbre e com o governo Lula sobre a MP. "Para que a taxaça

não volte, é necessário que o

Congresso se debruce sobre o tema nas próximas semanas", disse à jornalistas antes de iniciar a reunião de líderes.

Seguindo o regime de rodízio, a presidência da comissão ficará com um deputado federal. O Correio apurou que o deputado Jadyel Alencar (Republicanos-PI) deve ficar com a vaga. No entanto, há uma movimentação do PT para tentar emplacar o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) na presidência da comissão.

Por outro lado, da parte do Senado, que ficará com relatoria da

MP, ainda há uma indefinição. Durante a tarde de ontem, circulou o nome do senador Eduardo Braga (MDB-AM), como uma possibilidade. No entanto, ele afirmou que sequer foi consultado e tem outras pautas em andamento. Vale lembrar que ele disputa a reeleição ao Senado pelo estado do Amazonas.

Da parte do governo, a matéria será tratada como prioridade. "Não há nenhuma dúvida em relação à medida provisória que trata do fim da taxa das blusinhas. É nossa prioridade a instalação da

comissão mista e trabalhar pela sua rápida aprovação", escreveu, nas redes sociais, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, após se reunir com ministros e líderes da Câmara e do Senado do PT e da Maioria.

Outras MPs

Também será instalada hoje a comissão mista que analisará a MP que cria linhas de crédito para renegociação de dívidas de produtores rurais. A proposta surgiu de

um acordo entre governo e parlamentares ligados ao agronegócio, conciliando as demandas das duas partes: atender os produtores endividados gerando menos custos aos cofres da União. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) - que relatou a pauta quando ela tramitou no Senado como projeto de lei - deve presidir a comissão. A relatoria, que ficará com a Câmara dos Deputados, ainda não foi definida.

Outras quatro MPs também terão a instalação nesta quarta. Uma delas altera o Código de Trânsito

Brasileiro para as atividades de mo-tofrete e mototáxi. Ela remove exigências, como idade mínima de 21 anos e curso especializado obrigatório, permitindo que motociclistas com habilitação na categoria A ou autorização para conduzir ciclo-motores exerçam essas atividades.

Além dela, outra MP com Comissão Mista a ser instalada é a que altera o programa de gerenciamento de benefícios do **INSS** e do Departamento de Perícia Médica Federal. Ela amplia a capacidade de análise de processos de benefícios previdenciários e assistenciais, incluindo aqueles com prazos de análise superiores a 30 dias.

Há também a MP que estabelece o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Ena-med) para avaliar a proficiência dos estudantes de medicina e a qualidade dos cursos de graduação. O exame será obrigatório em duas etapas durante o curso e será necessário para o exercício da profissão médica.

Por fim, também será instalada a comissão mista da MP que amplia as carreiras e cargos que têm direito a uma indenização por trabalharem em localidades estratégicas de combate a delitos trans-fronteiriços. Também permite que certas pessoas exerçam o direito de opção para inclusão em quadros em extinção.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/08/12/all.pdf>

IPCA desacelera para 0,07%

» **RAFAELA GONÇALVES**

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial do país, desacelerou para 0,07% em julho, ante alta de 0,16% em junho. Segundo os dados, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete registraram alta no mês passado.

O maior avanço e o principal impacto sobre o índice vieram do grupo habitação, que subiu 0,99%. O resultado foi puxado, principalmente, pela energia elétrica residencial, cuja variação passou de 1,53% em junho para 3,09% em julho. O item teve o maior impacto individual sobre o IPCA do mês.

Na outra ponta, o grupo alimentação e bebidas registrou deflação de 0,67% e teve o principal impacto negativo sobre o índice. O resultado foi influenciado pela queda de 1,14% nos preços da alimentação no domicílio.

Entre os alimentos, o tomate apresentou a maior queda, de 29,09%, e também foi o principal impacto negativo individual. Também recuaram os preços da batata-inglesa, da cenoura e do café moído. Entre as altas, os destaques foram o leite longa vida e as frutas. Já a alimentação fora do domicílio acelerou de 0,15% em junho para 0,55% em julho. O lanche passou de uma alta de 0,13% para 0,76%, enquanto a refeição avançou de 0,15% para 0,42% no período.

"O alívio do mês veio sobretudo de itens voláteis, como alimentos no domicílio e combustíveis, enquanto os reajustes de energia elétrica pressionaram a habitação e os preços de serviços seguiram

firmes" destacou Peterson Rizzo, Head de Relações com Investidores da Multiplike. "Vale notar que a nova tarifa comercial dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros passou a valer apenas na reta final do mês, então qualquer efeito seria muito parcial ou marginal" acrescentou.

A variação do grupo transportes foi de 0,05%, puxada principalmente pela alta de 11,67% nas passagens aéreas. Em sentido contrário, os combustíveis recuaram 1,44% no mês. Houve queda nos preços do etanol, de 2,26%, da gasolina, de 1,37%, do óleo diesel, de 1,22%, e do gás veicular, de 0,08%.

"Boa parte desse desempenho se deve ao

comportamento deflacionário dos combustíveis, com a gasolina, ainda beneficiada pela manutenção da subvenção

implementada pelo governo desde o início do conflito no Oriente Médio", comentou Matheus Pizza-ni, economista do PicPay. Ele destacou, ainda, que a **inflação** de serviços avançou de maneira mais intensa no período, saindo de 0,34% para 0,54%.

Meta

Com o resultado, o IPCA acumula alta de 3,44% no ano e de 4,44% nos últimos 12 meses, abaixo dos 4,64% registrados no período imediatamente anterior.

A taxa acumulada em 12 meses se aproxima, assim, do limite superior de 4,5% do regime de metas contínuas. O objetivo do Conselho Monetário Nacional (CMN) é manter o IPCA em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para Joel Freitas, diretor e sócio da M7 Soluções Financeiras, o cenário é relativamente positivo, mas ainda merece atenção. "Serviços como saúde, educação e alimentação fora do lar seguem com preços em elevação, sustentados pelo mercado de trabalho aquecido. Para os próximos meses, a expectativa é de **inflação** mais controlada, embora o caminho ainda dependa de fatores como tarifas de energia e comportamento dos alimentos", avalia.

Apesar de a **inflação** ter registrado algum alívio em julho, especialistas consideram que o mercado de trabalho aquecido e a perspectiva de uma desvalorização do real tendem a manter os preços pressionados. "Nossa projeção é de que o IPCA encerre o ano em 5%, acima do teto da meta" afirma Claudia Moreno, economista do C6 Bank.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/08/12/all.pdf>

"Cuidar da saúde na atenção básica"

Redação

Aos jornalistas do Correio, a candidata Celina Leão (PP) destacou as políticas públicas em andamento no seu governo e deixou claro que trabalha para incrementá-las. Celina fez questão de ressaltar que o governo dela é diferente do governo do antecessor, de quem foi vice, Ibaneis Rocha (MDB). Ela destacou avanços do governo Ibaneis, mas também fez críticas à gestão do emedebista.

"O governo anterior falhou, deixou o descontrole acontecer (nas contas públicas). É importante a gente reconhecer os avanços, que foram vários, mas isso não me impede de criticar. Os dois grandes erros que herdei foram a questão da compra do Banco Master (pelo BRB) e do (deficit no) orçamento. Eu herdei e estou resolvendo" afirmou a candidata.

Ela lembrou das ações que vem realizando para cortar gastos e reequilibrar as contas públicas. "Baixei quatro decretos, cortando 25% dos contratos. Vamos ocupar o Centro Administrativo do Distrito Federal agora" disse. Celina ressaltou que, em até uma semana, vai mudar o gabinete do Palácio do Buriti para o antigo Centrad. "A responsabilidade caiu no meu colo e eu vou resolver, com muita responsabilidade e com muita humildade" afirmou Celina.

Apesar das críticas, a governadora fez questão de ressaltar os avanços conquistados pela gestão de Ibaneis. "Filas de creches foram zeradas, aconteceram muitas obras, a infraestrutura avançou muito, há 16 cartões sociais no governo, não podemos deixar de reconhecer", enumerou.

Quanto ao desgaste sofrido por Ibaneis por conta da crise do BRB e do deficit orçamentário, Celina acredita que a população entendeu que há uma separação entre a gestão dela e a de Ibaneis. "As pesquisas do Correio mostram que tive um crescimento muito grande. Tenho quatro mandatos aqui, tenho vontade de resolver problemas e muita responsabilidade. Não tive participação nenhuma na situação do Banco Master, que envolve todas as legendas partidárias, mas o meu nome não está lá. Não está no telefone do Vorcaro e não houve nenhuma citação (do meu nome)", destacou.

"Como vice-governadora, a gente dá palpite, fala sobre políticas públicas que acha importante, como sempre fiz, mas decisões a nível de comprar banco, são do governador" garantiu. "Eu tinha uma dificuldade muito

grande com o Paulo Henrique Costa (ex-presidente do BRB). Acho feia a palavra inimigo, mas eu não tinha relacionamento nenhum com ele, ele sabia que seria trocado no meu governo. Tanto que ele chegou a mandar para o Ibaneis um projeto de lei para que ele tivesse um mandato de quatro anos à frente do banco, porque ele sabia que eu iria tirá-lo" completou.

Recuperação do BRB

Sobre o Banco de Brasília (BRB), Celina aproveitou para ressaltar a importância de o banco não ser liquidado. "A aposentadoria dos **servidores públicos** está lá dentro, uma liquidação do banco traria consequências para eles. Temos os serviços sociais, temos 6 mil trabalhadores lá dentro, 10 milhões de correntistas e cinco tribunais de Justiça", destacou.

"O problema vai ser resolvido com tranquilidade e com diálogo com o governo federal, com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), com os bancos N1, com a Caixa. Temos que ter maturidade para isso. Quanto ao balanço, estamos discutindo junto ao FGC e vamos tratar na quinta-feira", afirmou.

Internação involuntária

Ao ser questionada sobre as pessoas em situação de rua no DF, Celina afirmou que a população tem agradecido pela lei que determina a internação involuntária humanizada dessas pessoas quando estiverem representando perigo para si ou para os outros. "Estou tratando deste tema desde o meu primeiro dia de mandato. Fui supercriticada por um nicho muito específico da esquerda, mas a população em si me aplaudiu. A lei foi regulamentada há duas semanas" acrescentou.

"Hoje tenho todos os pontos do DF monitorados, temos pessoas em situação de rua em mais de 500 pontos. Estamos desmobilizando aqueles locais, fazendo atendimentos e encaminhamentos" acrescentou Celina. A governadora disse que foram desmobilizados dois grandes pontos na Asa Norte. "Foram oferecidos abrigos e acolhimento. Vou devolver Brasília aos brasilienses e acolher as pessoas em situação de rua" frisou Celina.

Ficha limpa

Perguntada sobre o possível excesso de cargos comissionados na vice-governadoria do DF, tema levantado pelos adversários da atual governadora,

Celina negou e criticou o fato dos outros candidatos focarem suas falas em críticas a ela. "Sobre os cargos, é uma inverdade. Na vice-governadoria, há duas secretarias, a da Juventude e a da Família", afirmou.

Durante a sabatina, o candidato José Roberto Arruda (PSD) comparou a situação jurídica dele com a de Celina, mas a governadora rebateu. "O Arruda tenta se livrar do passado se comparando com as pessoas, mas é um absurdo ele se comparar comigo. A vida dele foi mentir e pedir perdão para a população de Brasília, tentando retornar" criticou. "Ele foi preso, ele não pode se comparar com uma pessoa que é ficha limpa, como eu. Eu nunca tive uma condenação, ele teve condenação em primeira e segunda instâncias. Ele está inelegível há 16 anos, eu nunca fui impedida de me candidatar" enfatizou.

Foco na saúde

Sobre a gestão da Saúde no Distrito Federal, Celina disse que o foco dela nesta gestão foi contratar médicos para a atenção básica. "Cancelei o aniversário de Brasília para contratar 114 médicos para a atenção básica, porque na minha opinião, preciso começar a cuidar da saúde lá na atenção básica. Minha missão número um foi colocar as equipes completas lá. Com a atenção básica funcionando, há um impacto de menos 50% nos hospitais", afirmou.

"O problema da saúde é muito mais profundo. Os problemas maiores são falta de médico e de-fasagem de salário. Quando assumi, tinham vedações eleitorais e eu não pude aumentar salários e, se não houver um salário atrativo, os médicos não vêm para a rede pública" comentou. "Assim que passar a vedação salarial (no período eleitoral), a gente vai realizar esse reajuste", prometeu.

Celina destacou a importância de uma rede integrada na saúde. "Hoje o serviço público de saúde não está integrado por falta de sistema. Estamos em processo licitatório desse sistema de gestão que vai gerar um prontuário único. Isso está em curso. Além disso, preciso contratar mais profissionais de saúde, como enfermeiros e técnicos", garantiu.

Novo secretário

Sobre a última colocação do DF no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Celina disse que o índice tem várias matemáticas, inclusive a reprovação. "Diferentemente de outros estados, aqui, nós reprovamos alunos que não têm média. Não quero justificar. A aprendizagem deve ser mais valorizada" disse ela, lembrando

que contratou Thiago Peixoto, ex-secretário de Educação de Florianópolis, que teve o primeiro lugar no Ideb, para gerir a pasta no DF.

"A educação é o caminho para uma sociedade melhor. Temos os melhores profissionais do Brasil. Crescemos na parte de estrutura, construímos quase 30 Cepis (Centros de Educação da Primeira Infância), zeramos a fila de creches" ressaltou. "Queremos melhorar o salário dos professores, cuidar deles. Vamos trocar os contratos temporários dos professores", completou. Celina afirmou, inclusive, que vai manter as escolas cívico-militares.

Expansão do metrô

Ao ser perguntada sobre mobilidade, Celina destacou que está trabalhando para a expansão do metrô. "É uma área estratégica. Licitamos 15 trens do metrô, está aberta a licitação. Licitamos também o sistema de informação de energia. Duas expansões do metrô estão licitadas, a do Setor O e da Samambaia. Estão licitadas e têm recursos. Temos também um estudo de viabilidade técnica para o metrô de Santa Maria em andamento. Além disso, temos quase pronto o estudo do VLT que passa pela Hélio Pra-tes" contou. "Precisamos diminuir o tempo de viagem e carregar mais gente", acrescentou.

Ao falar sobre as ações de combate à violência, a governadora destacou o programa DF 360 graus. "Temos cercamento digital no DF inteiro. Consigo cumprir mandados de prisão em aberto com esse monitoramento. Aumentamos muito as abordagens por conta desse programa, estamos elucidando crimes mais rápido" relatou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/08/12/all.pdf>

O silencioso assassinato do drawback (Artigo)

Mario Laffitte e Mauricio Trombka Ayres da Fonseca

Regime aduaneiro mais democrático se tornará excludente, e as empresas de menor porte perderão o acesso

A reforma tributária nasceu como uma promessa de um sistema mais simples, mais moderno e mais justo, capaz de devolver competitividade à economia brasileira. É exatamente essa promessa que torna incompreensível o que se passou longe dos holofotes. Enquanto o País discutia split payment, IBS e CBS, consumava-se o silencioso assassinato do drawback. A ironia é dura: a reforma que prometia competitividade ameaça desmontar justamente um dos poucos instrumentos que, comprovadamente, a fomentam.

O drawback é o regime aduaneiro especial mais utilizado pelo exportador brasileiro: em 2025, mais de 2.500 empresas operaram nele, respondendo por cerca de US\$ 70 bilhões em vendas, cerca de 21% das exportações do País. O regime desonera os **tributos** sobre insumos importados ou nacionais empregados na industrialização de produtos vendidos externamente, sob lógica consagrada: nenhum país sério exporta **tributos**.

A simplicidade de habilitação sempre foi sua virtude, tornando-o acessível a exportadores de todos os portes, ao contrário do Recof, regime mais abrangente, porém tão complexo que conta com apenas 106 habilitados, ante mais de 4 mil no drawback. Com o Decreto n.º 12.955/2026 e a Resolução CGIBS n.º 6/2026, contudo, operou-se o que Fernanda Kotzias batizou de "recofização do drawback".

O art. 161 impõe exigências inéditas em 60 anos: além da habilitação da Secex para a suspensão do II e do AFRMM, passa a ser necessária uma segunda, da **Receita Federal** e do Comitê Gestor do IBS, para a suspensão de IBS e CBS - condicionada a requisitos como controles informatizados de estoque em tempo real. Grande parte das empresas usuárias não dispõe, e dificilmente disporá até 2027, dessa infraestrutura de gestão e tecnologia.

Resultado provável: o regime aduaneiro mais democrático do País se tornará excludente, e as

empresas de menor porte - cerca de metade dos habilitados - perderão o acesso. Para muitas, exportar sem o benefício é inviável, com perda de mercados conquistados em décadas, ruptura de cadeias de fornecimento, empregos e divisas.

Diante disso, a inércia é o pior dos caminhos. Cabe a cada empresa avaliar, com apoio de assessoria especializada, sua real capacidade de adequação até 2027 e as alternativas - incluindo eventual migração ao Recof, inviável para muitas. Cabe ao setor privado mobilizar associações e federações da indústria para levar às autoridades a dimensão do problema. A janela ainda não se fechou: os dispositivos só produzem efeitos plenos em 2027, e há tempo para que Executivo, Congresso ou Judiciário corrijam o rumo. Como ensina Eric Patashnik, reformas recém-aprovadas podem ser revertidas pelos grupos afetados. Que o "novo" drawback seja o exemplo brasileiro desse movimento - antes que o assassinato silencioso se consume.

Mario Laffitte e Mauricio Trombka Ayres da Fonseca São, respectivamente, engenheiro mecânico pela UFPR com MBA pela FGV/Isae, foi vice-presidente da Samsung Electronics na América Latina; e advogado com ênfase em Direito Constitucional e Processual Civil

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso instala hoje comissão da MP das blusinhas

O Congresso convocou, para esta quarta-feira (12), a reunião de instalação da Comissão Mista que irá analisar a Medida Provisória (MP) que acaba com a chamada "taxa das blusinhas", o imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50.

A taxa atualmente não está em vigor, pois foi suspensa com a MP editada em maio de 2026. No entanto, a isenção tem validade apenas até 8 de setembro de 2026, e caso a proposta não seja aprovada na comissão e nas duas Casas do Congresso até esse prazo, o imposto será retomado.

A votação da medida provisória é uma das prioridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT. Na terça-feira (11), o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães (PT), afirmou que "não há nenhuma dúvida" em relação à proposta.

"É nossa prioridade a instalação da comissão mista e trabalhar pela sua rápida aprovação, fazendo valer a Medida Provisória", escreveu no X, apontando que iria solicitar isso ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Entre os nomes ventilados para a relatoria da proposta está o do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O parlamentar, no entanto, afirma que está focado em sua campanha eleitoral e que o governo não teria conversado com ele sobre a relatoria da proposta. Já para a presidência do colegiado, que deverá ser indicada pela Câmara dos Deputados, circulam os nomes de Reginaldo Lopes (PT-MG) e Jadyel Alencar (Republicanos-PI). Outros deputados, no entanto, também pleitearam a relatoria do texto.

Apesar de a equipe econômica não ter apoiado a revogação da taxa, o desenho final da MP pode ser positivo ao recuperar parte da discricionariedade do Ministério da Fazenda sobre o Imposto de Importação das remessas internacionais.

A taxa tem caráter regulatório e, por previsão constitucional, suas alíquotas podem ser alteradas pelo Poder Executivo, dentro das condições e dos limites estabelecidos em lei. Em 2024, no entanto, o Congresso havia estabelecido em lei as alíquotas aplicáveis a essas compras, restringindo a

possibilidade de alteração sem uma nova mudança legislativa.

A MP, no entanto, muda esse desenho ao prever expressamente que ato do ministro da Fazenda poderá alterar as alíquotas, dentro dos limites estabelecidos na legislação. Pelo texto, a pasta poderá reduzir a zero a alíquota para remessas de até US\$ 50 e a 30% na faixa de até US\$ 3 mil, além de diferenciar a tributação conforme o tipo de produto importado ou a adesão ao programa de conformidade da **Receita Federal**.

No fim de julho, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que poderá propor a Lula uma revisão da decisão de extinguir a chamada "taxa das blusinhas", caso o governo identifique que as importações estejam afetando a indústria nacional.

A criação da "taxa das blusinhas" foi uma das medidas mais impopulares do governo Lula, aprovada pelo Congresso em 2024. Desde a sua implementação, a iniciativa expôs um desalinhamento entre a equipe econômica e a área de comunicação do Planalto.

Integrantes da comunicação do governo defenderam com frequência a revogação da taxa com base em "trackings" (pesquisas internas) que apontavam desgaste da medida para a imagem de Lula. A equipe econômica, por sua vez, discordava tanto da revogação quanto da narrativa criada em torno do tema. Havia ainda preocupação com os efeitos da retirada da taxa sobre a indústria nacional.

Além disso, o impacto fiscal da revogação da medida era considerado "baixo", segundo interlocutores do governo ouvidos pelo Valor. Em 2025, o governo arrecadou R\$ 5 bilhões com a cobrança, contra R\$ 2,8 bi em 2024.

Como o Valor mostrou, a avaliação da cúpula do Congresso é de que, em ano eleitoral, há enorme dificuldade política para os parlamentares sustentarem uma posição favorável à manutenção de **impostos** sobre compras populares, porque a medida atinge diretamente consumidores de menor renda.

Por isso, a MP tende a encontrar ambiente receptivo no Parlamento - embora seja indispensável calibrar os impactos sobre a produção nacional e efeitos sobre

polos produtivos tradicionais do país diante da entrada de produtos importados mais baratos.

Segundo o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), a medida seria discutida na reunião de líderes de terça-feira (11), mas isso não aconteceu diante do cancelamento do encontro após o líder do PT na Casa, deputado Pedro Uczai (SC), passar mal.

Motta, no entanto, confirmou que a comissão mista deveria ser instalada. "Diante da exiguidade de tempo, nós temos, só esta semana e a semana de esforço concentrado no final do mês. A medida provisória vence em meados do mês de setembro. Então, para que essa taxa não volte, é necessário que o Congresso se debruce sobre esse tema nas próximas semanas", disse.

Projeto de incentivo à produção de fertilizantes passa no Senado

52,4% foi a alta do Ebitda ajustado da empresa

O Senado aprovou ontem (11/8) o projeto de lei que cria incentivos para a produção nacional de fertilizantes. O texto institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), que teria o objetivo de reduzir a dependência externa e dar mais segurança ao abastecimento do agronegócio.

Entre os principais instrumentos da lei estão a exigência de participação mínima de fertilizantes produzidos no Brasil - de 2% a partir de julho de 2027 e de 10% até 2037 - e linhas de financiamento operadas pelo BNDES para novos projetos, infraestrutura, pesquisa e modernização e reativação de fábricas.

A versão que os senadores aprovaram, no entanto, ficou bem mais enxuta do que o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados. Relatora da proposta no Senado, Tereza Cristina (PP-MS) retirou do texto a criação de um fundo público e um conjunto de benefícios tributários, entre eles créditos fiscais que poderiam alcançar R\$ 10 bilhões entre 2027 e 2031. A justificativa para a exclusão concentrou-se, principalmente, nas restrições fiscais, na falta de estimativas atualizadas sobre o impacto das renúncias e em questões legais envolvendo a criação do fundo.

Originado no Senado, o projeto foi aprovado em 2024 com um modelo baseado sobretudo em desonerações tributárias para investimentos na indústria. Ao analisar a proposta, a Câmara reformulou o desenho e ampliou o alcance do Profert, incluindo fertilizantes minerais, sintéticos e orgânicos, bioinsumos, biofertilizantes e remineralizadores.

Uma das principais novidades que os deputados incluíram no texto foi a criação do Fundo de Estímulo à Produção Nacional de Fertilizantes (FPNF), que receberia recursos do Orçamento e poderia oferecer garantias, financiar inovação e adotar mecanismos de redução de riscos. A Câmara também previu créditos fiscais de até R\$ 2 bilhões por ano entre 2027 e 2031, além de benefícios extraordinários para 2026 e desoneração do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

No parecer, Tereza Cristina chamou a atenção para uma estimativa que a **Receita Federal** apresentou em

2023 para um projeto de teor semelhante. Segundo o cálculo, haveria renúncia fiscal de R\$ 4,58 bilhões em 2024, R\$ 4,48 bilhões em 2025 e R\$ 4,49 bilhões em 2026. A relatora observa, porém, que não há atualização dessas projeções para os exercícios seguintes.

"Como não há atualização dos valores de renúncia fiscal para 2026, 2027 e 2028, ponderamos pela cautela adicional de desdobramento dos valores de crédito fiscal especificados, de R\$ 2 bilhões a cada ano, entre 2027 e 2031, permitindo a discricionariedade do Poder Executivo sobre esse montante de recursos anuais", afirmou a senadora.

No texto final, a relatora acabou retirando integralmente os artigos que criavam esses créditos fiscais. A justificativa é que o tema será tratado em outro veículo legislativo, o PLP 114/2026, que trata de regras para renúncias fiscais em combustíveis e está em tramitação na Câmara. A proposta estava pronta para votação no plenário, em regime de urgência, mas acabou adiada por causa de um incidente de saúde com o líder do PT na Casa, Pedro Uczai (SC).

A discussão do PLP permite separar do Profert a parte que tem mais impacto direto sobre as contas públicas. Com isso, o Senado preservou no projeto de fertilizantes os instrumentos de financiamento e indução à produção nacional, enquanto a concessão de novos benefícios tributários poderá ser discutida em uma proposta específica para renúncias de receita. A expectativa é de que a votação do PLP no plenário do Senado ocorra hoje.

Governo amplia a lista de auxílio-doença sem carência

O governo ampliou a lista de doenças e condições que dão direito ao auxílio por incapacidade temporária - o antigo auxílio-doença - sem a exigência da carência mínima de 12 contribuições ao **INSS**. Desde 24 de julho, a gestação de alto risco passou a integrar a relação. Com a inclusão, subiu para 18 o número das condições de saúde que dão direito ao auxílio por incapacidade temporária e à aposentadoria por incapacidade permanente, a antiga aposentadoria por invalidez, sem que seja necessário o cumprimento da carência mínima para a concessão do benefício (veja a lista completa no quadro ao lado).

Em 2022, a lista já havia sido ampliada com a inclusão de acidente vascular encefálico agudo e de abdome agudo cirúrgico.

O **INSS** ressalta que todas as 18 doenças e afecções listadas somente são enquadradas como isentas de carência quando apresentam quadro de evolução aguda e atendem a critérios específicos de gravidade. Portanto, é preciso que a documentação a ser apresentada comprove a incapacidade.

Para fins de aplicação, o instituto define como quadro clínico de evolução aguda a doença ou afecção de instalação súbita, excluindo-se os episódios agudos de doenças crônicas.

Como critério de gravidade, o **INSS** considera risco iminente de morte ou de perda da função de órgão ou sistema que requer cuidado de natureza clínica ou cirúrgica, com possibilidade de instabilidade das funções vitais e necessidade de substituição artificial de funções.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacote de apoio de Motta inclui Mesa da Câmara

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

O apoio do presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos), à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava no pacote que envolve a neutralidade do seu partido na disputa presidencial e o de Lula à sua recondução à Mesa Diretora. Graças a este movimento, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) não conseguiu ampliar sua candidatura com a ex-presidente da Caixa Econômica Federal Daniela Marques, de vice.

A indicação da advogada Giovana Mayer como desembargadora do TRE-PB também é parte deste pacote. Foi no evento de sua posse que Motta fez a declaração de apoio. Ao indicá-la, Lula preteriu, num lista apenas de mulheres, a advogada Sheila Sodré e a advogada da União, Maria Helena Martins Rocha, apoiada pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Motta ainda afagou Lula montando um cabide de jabutis de interesse do governo no projeto que estende ao etanol o subsídio concedido à gasolina para votar ainda nesta semana. A despeito de tudo isso, o presidente da Câmara ainda não conseguiu o apoio de Lula a seu pai, o ex-prefeito de Patos, Nabor Wanderley (Republicanos), que disputa o Senado. Tem uma trinca de candidatos que congestionam a fila pelo apoio lulista a duas vagas. Além de Nabor, postulam este apoio o ex-governador João Azevêdo (PSB) e Veneziano, candidato à reeleição.

Este último divulgou um vídeo antigo, na segunda, em que aparece ao lado de Lula. Nabor tem uma foto, igualmente antiga, ao lado de Lula, o mesmo para Azevêdo. A tendência, porém, é que o presidente acabe gravando com os três e nenhum deles tenha como reclamar porque os candidatos do PT à Presidência, desde 2002, nunca perderam uma disputa no Estado.

As chapas em disputa na Paraíba são puro suco de Brasil. De um lado, com apoio do PT, estão o atual governador, Lucas Ribeiro (PP), filho da senadora Daniela Ribeiro (PP), que tem como vice, Lígia Feliciano (União), mãe do ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, e, na disputa pelo Senado, João Azevêdo (PSB) e Nabor Wanderley (Republicanos). Depois de abrir mão da recondução em nome da

campanha do filho à reeleição, Daniela entrou de suplente na chapa do pai de Hugo Motta.

Do outro lado, estão o ex-prefeito da Paraíba, Cícero Lucena (MDB) com Pedro Cunha Lima (PSDB) de vice e dois emedebistas ao Senado, Veneziano e o ex-prefeito de Patos, André Gadelha, convocado para cumprir tabela.

O bolsonarismo tem como candidato ao governo o senador Efraim Filho (PL) e ao Senado, o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga (PL). Efraim ainda tem quatro anos de mandato, colchão para seu futuro uma vez que sua postulação em outubro parece severamente prejudicada pela foto que incendiou o "esforço concentrado" do Congresso.

Nesta foto, aparece numa piscina iluminada por neon, na companhia dos deputados Arthur Lira (PP-AL), Elmar Nascimento (PPBA), Juscelino Filho (União-MA) e Paulo Azi (União-BA), além do senador Weverton Rocha (PDT-MA), cujos familiares foram alvo da Operação Sem Desconto, da PF, por suspeita de lavagem de dinheiro da fraude do **INSS**, e do dono da casa, o advogado Willer Tomaz, alvo da mesma operação.

Judiciário condena empresas por assédio organizacional

"O assédio costuma decorrer da falta de normas para combater esse tipo de abuso" Igor S. Gonçalves

Em meio a uma alta crescente no volume de investigações e processos judiciais sobre assédio moral, um desdobramento dessa modalidade tem passado a preocupar as empresas: o enquadramento de cobranças de metas inatingíveis e programas de gestão considerados abusivos como "assédio organizacional". A pena para a empresa costuma ser indenização a ser paga ao trabalhador, cujo valor é definido pelo juiz com base em parâmetros como o salário.

Não existem dados específicos sobre o assédio organizacional. No entanto, o volume de procedimentos abertos para tratar de assédio como um todo vem aumentando. Até 23 de julho deste ano, o Ministério Público do Trabalho (MPT) já registrou 17.590 procedimentos relacionados ao tema, número que supera o total registrado em 2024 (16.541) e corresponde a cerca de 80% de tudo o que foi registrado ao longo de 2025 (21.882).

O termo não está tipificado na legislação e acaba enquadrado como "assédio moral". Mas a diferenciação da prática organizacional é importante, segundo especialistas, porque leva a uma nova forma de analisar as relações de trabalho. Assim, dizem, há práticas que antes passavam despercebidas e, agora, são identificadas por meio da investigação da estrutura de gestão da empresa que "tolera" (omissão) ou estimula cobranças excessivas ou punições vexatórias, por exemplo.

Igor Sousa Gonçalves, coordenador nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho no MPT explica que a investigação sempre começa a partir de uma ou mais denúncias individuais de trabalhadores. Contudo, ao serem analisadas pela ótica coletiva, muitas vezes, ao longo da investigação, vão sendo descobertos indícios de que um caso de assédio é, na verdade, reflexo de uma prática organizacional.

"O assédio moral costuma decorrer da falta de normas internas para combater esse tipo de abuso, falta de palestras e de capacitação para a equipe, ausência de canais de denúncia para proteger o trabalhador", diz.

Um exemplo concreto de assédio organizacional foi o de uma empresa processada por um empregado por ter condicionado o pagamento de parte do Participação

nos Lucros e Resultados (PLR) a um baixo índice de faltas ao trabalho. O trabalhador tinha justificado as ausências, no período de apuração da PLR, com atestados médicos, mas a empresa não pagou o benefício porque o acordo coletivo estipulava que só seriam abonadas faltas por férias, lay-off e afastamento pelo **INSS**.

A juíza Elisa Villares, da 3ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul (SP), destacou que essa conduta "materializa uma modalidade de assédio moral organizacional". "Essa estrutura empresarial submete o trabalhador a uma intolerável coação econômica, forçando-o a fazer uma escolha de caráter existencial entre a subsistência financeira de sua família e o cuidado básico com sua própria higidez física e mental", diz a sentença. A empresa foi condenada a pagar a diferença no PLR, de R\$ 2 mil (processo nº 1000167-52.2026.5.02.0472).

Vanessa Sapiência, especialista em Direito Empresarial do Trabalho no Pellegrina e Monteiro Advogados, aponta que, para as empresas, o fortalecimento do conceito de assédio organizacional na Justiça do Trabalho exige uma mudança de foco por parte das lideranças empresariais.

"O desafio não é eliminar metas ou mecanismos de avaliação de desempenho, que são legítimos e inerentes à atividade empresarial, mas assegurar que sejam estabelecidos dentro de parâmetros razoáveis, transparentes e compatíveis com a dignidade do trabalhador", afirma.

Segundo ela, esse movimento foi reforçado pela Lei nº 14.457, de 2022, que instituiu medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio nas empresas com Cipa, que passou a se chamar Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio. Também foi fortalecido pela atualização, pelo Ministério do Trabalho, da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1). Ela passou a exigir a identificação e o gerenciamento dos fatores de riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

"Embora o Supremo Tribunal Federal tenha suspenso, por 90 dias, a aplicação de multas e sanções administrativas relacionadas às novas exigências, permanece o dever das empresas de estruturar mecanismos efetivos de prevenção", diz. Ela cita como exemplos: treinamento de lideranças, canais confiáveis de denúncia, investigações independentes e monitoramento de indicadores de afastamentos.

Sérgio Pelcerman, sócio do Almeida Prado e Hoffmann Advogados Associados, afirma que os setores mais problemáticos incluem as empresas de tecnologia; algumas indústrias que atuam com metas de entrega; e o setor financeiro, que, segundo ele, costuma submeter os trabalhadores a uma grande pressão.

Foi em uma ação trabalhista contra um banco, por exemplo, que o Tribunal Regional do Trabalho

de São Paulo (TRT-SP) reconheceu abuso na cobrança das metas, que ultrapassou o assédio moral individual. Segundo a 18ª Turma, ficou provado que "o ambiente de trabalho [na empresa] era hostil e degradante".

Uma testemunha teria confirmado que a gerência exercia cobrança agressiva, com ameaças constantes de demissão se as metas não fossem atingidas, além de expor publicamente o resultado de vendas dos empregados, mediante rankings. Assim, ficou caracterizado "inegável assédio moral organizacional, traduzido na gestão pelo medo e pelo estresse continuado". A indenização foi fixada em R\$ 10 mil (processo nº 1000026-20.2025.5.02.0035).

Pelcerman alerta para o fato de que os afastamentos laborais têm sido cada vez mais decorrentes de fatores psicológicos. "Essa onda vai levar a uma sobrecarga da **Previdência Social**. Até por isso, a tendência é que a aplicação da NR-1 seja cada vez mais fortalecida", afirma.

Os efeitos colaterais do súbito emagrecimento da fila do INSS (inss)

Inspirado na moda das canetas emagrecedoras , a sensação é de que aplicaram regime similar na gigantesca fila do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). O emagrecimento artificializado vem causando efeitos acelerados na autarquia.

Em fevereiro deste ano, eram 3,1 milhões de pessoas aguardando resposta há mais de 45 dias. Hoje, a fila regrediu em quase 90% do tamanho.

Em entrevista à Record News, o ministro da **Previdência Social** , Wolney Queiroz , anunciou que atualmente há cerca de 370 mil requerimentos pendentes e que devem ser zerados ainda este ano, mas pode acontecer entre setembro e outubro, antes das eleições. "Um feito inédito".

Com a mesma rapidez da inapetência de usuários de tirzepatida , princípio ativo usado nas canetas, em poucos meses a fila do **INSS** trocou a obesidade mórbida pela magreza anoréxica.

Com mais de 36 anos de existência, o **INSS** nunca apresentou esse metabolismo. Pelo contrário, vem envelhecendo mal. Cheio de comorbidades, como corrupção, inoperância, ingerência política e desorganização administrativa.

Essa redução brusca é algo histórico. Mas é cedo para comemorar. Diante da suspeita de que não se trata de emagrecimento saudável e equilibrado, é melhor aguardar a janela de estabilização.

Da mesma forma que algumas mulheres emagrecem na proximidade do verão, o **INSS** montou espécie de força-tarefa para ficar esbelto e instagramável até o evento das eleições. Depois disso, há uma desconfiança de que tudo voltará ao que era antes. O tamanho da fila do **INSS** deverá ter o formato barrigudo.

Até lá, o **INSS** vem usando da criatividade e de vários atalhos no encolhimento dos números. As negativas de benefícios dispararam para 66,5% nesse ano de 2026, além do afrouxamento de concessões sem perícia médica no Atestemed , imposição de biometria para requerimentos em curso, negativas sem análise de peritos médicos, expansão dos incentivos financeiros para os servidores trabalharem mais.

A novidade agora é que existe uma brecha no **INSS** que pode influenciar na caracterização da demora da fila. Quase uma "maquiagem estatística".

Historicamente, o desafio de todo governo consiste no **INSS** responder os requerimentos no prazo de até 45 dias. Esse número é representativo. Além de ser exigência legal, é parâmetro objetivo na sua medição. O TCU (Tribunal de Contas da União), inclusive, já pressionou o **INSS** para honrá-lo.

Todavia, a contagem do prazo pode ser estancada se o servidor abrir exigência para o segurado tomar alguma providência, a exemplo de anexar documentos. Curiosamente, alguns servidores do **INSS** vêm abrindo exigências com a seguinte frase: "Seu pedido será analisado por outro servidor".

É um procedimento que foge do roteiro e da lógica, até porque prescindível anunciar que haverá de ser apreciada.

Esse procedimento provoca consequências. Camufla a estatística dos processos parados, artificializa a eficiência administrativa, induz o TCU em erro, confunde o segurado com exigência inútil e provoca retenção de processos para servidor ganhar mais bônus, pois tarefa em exigência evita que o robô redistribua o caso para outrem.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Apesar de constar como exigência, em nota o **INSS** esclareceu que se trata apenas de uma "comunicação administrativa interna que ficou visível para o segurado."

A mensagem não demanda nova exigência ao requerente. No entanto, é importante que o segurado "verifique se existe outra exigência vinculado ao processo". E que tudo isso não passou de intercorrência administrativa diante de milhões de casos.

O problema de zerar a fila do **INSS** a qualquer custo é adiar o problema, aumentando o gasto público com indenizações, juros e correção. Essa redução não

deve ser ostentada como troféu ou marca de uma gestão, acaso a redução não tenha se desenvolvido respeitando o direito de tantos que anseiam por uma resposta sensata.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2026/08/os-efeitos-colaterais-do-subito-emagrecimento-da-fila-do-inss.shtml>

Governo consegue destravar seis MPs e comissões mistas serão instaladas nesta quarta

Adicione como fonte preferencial no Google

O governo conseguiu destravar a análise de seis medidas provisórias no Congresso Nacional, e as comissões mistas responsáveis por discutir os textos serão instaladas nesta quarta-feira (12). A articulação acontece na primeira semana de esforço concentrado do Legislativo antes das eleições de outubro .

Entre as MPs, está a que zera o imposto de importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, conhecida como "taxa das blusinhas" . A medida provisória perde a validade em 8 de setembro e, caso não seja aprovada pelo Congresso até lá, a cobrança do imposto volta a valer para esse tipo de compra.

A instalação da comissão mista que vai analisar a MP é uma das prioridades do governo. Ela foi editada em 12 de maio deste ano e teve a vigência prorrogada no mês passado por Alcolumbre. Depois de passar pela comissão mista, o texto ainda precisa ser aprovado pelos plenários da Câmara e do Senado.

Outras MPs

Além da medida que trata das compras internacionais, outras cinco MPs terão suas comissões mistas instaladas nesta quarta. Entre elas, estão medidas que tratam da redução da fila do **INSS** e da ampliação das carreiras que têm direito ao adicional por trabalharem em regiões de fronteira .

Também estão entre as prioridades do governo medidas que alteram regras para entregas e mototáxi , que estabelecem a obrigatoriedade do Enamed (Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica) e uma que abre crédito para regiões atingidas por desastres naturais . Esta última aguarda votação na CMO (Comissão Mista de Orçamento).

Projetos também podem avançar

Além das medidas provisórias, o Congresso deve analisar projetos de lei durante as duas semanas de esforço concentrado previstas antes das eleições.

A expectativa é de que o PLP 114/26, que prevê a

redução ou zeragem de **impostos** federais sobre os combustíveis , entre em pauta nesta primeira semana. A proposta foi apresentada pelo governo após o início da guerra no Oriente Médio e tem como objetivo conter a alta dos preços do petróleo .

Enviado também pelo Executivo, o PLP 186/26 estabelece um reajuste progressivo do teto da receita bruta anual do MEI (microempreendedor individual), de R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. O projeto também aumenta de um para dois o número de empregados que podem ser contratados pelo MEI.

Propostas polêmicas devem ficar de fora

Segundo líderes da Câmara, propostas consideradas mais polêmicas devem ficar de fora da pauta neste momento. É o caso do projeto que criminaliza a misoginia , que tramita em regime de urgência, mas ainda não tem acordo para votação.

Busque no R7

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/governo-consegue-destravar-seis-mps-e-comissoes-mistas-serao-instaladas-nesta-quarta-12082026/>

FGC cobra balanço do BRB

LUIZA MELO

luizamelo@gruposjbr.com

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) afirmou, em documento enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), que aguarda os balanços financeiros do Banco Regional de Brasília (BRB) para viabilizar o empréstimo de R\$ 6,5 bilhões. A manifestação veio após reação do Governo do Distrito Federal (GDF) alegando que havia uma demora na deliberação dos recursos.

No ofício encaminhado ao STF, o FGC aponta que não recebeu a "totalidade das informações necessárias à análise do pleito apresentado pelo BRB". As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 e ao primeiro semestre de 2026 já foram solicitadas pelo fundo, tanto ao GDF quanto à instituição, mas não foram encaminhadas.

"Trata-se de documentação essencial à avaliação da situação econômico-financeira da instituição associada e, por conseguinte, à adequada apreciação do pleito formulado", diz a petição. Ainda de acordo com o documento, o FGC diz que sem os balanços, "se encontrará impedido de atestar a suficiência do montante requerido para assegurar a viabilidade econômico-financeira da operação ao Banco BRB".

Conciliação no STF

A manifestação ocorreu depois de o GDF alegar que, após dois meses do acordo homologado no STF, não havia deliberação do

fundo nem "cumprimento pela União de seus deveres". Em decorrência das alegações, o ministro da Suprema Corte relator do caso, Luiz Fux, convocou, a pedido da governadora Celina Leão, uma audiência de conciliação entre as partes para amanhã.

O acordo costurado não prevê repasses diretos da União, mas estabelece que o empréstimo de R\$6,5 bilhões poderia ser viabilizado com o FGC com a fiança de um sindicato de bancos e contragarantias do GDF por meio dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). No entanto, não houve uma formalização de bancos interessados em fazer parte da proposta.

No ofício encaminhado ao

Supremo, o FGC aponta que a proposta prevê a vinculação direta das receitas dos Fundos, sem a participação do sindicato de bancos fiadores, expressamente contemplada no acordo.

"Trata-se de estrutura substancialmente distinta daquela homologada pelo Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, ine-xistindo autorização específica para sua adoção. Tal divergência compromete a segurança jurídica e higidez econômica necessárias à implementação da operação pelo FGC", diz.

Por fim, o FGC afirmou que uma de suas funções é conceder operações que "costumam ter como objetivo viabilizar a saída organizada de mercado ou troca de controle de instituição frágil". Isso significa que poderia haver uma troca

de controlador do banco, hoje sob responsabilidade do GDF.

Celina aponta "tranquilidade"

Em declaração a respeito nesta terça-feira, Celina Leão afirmou que a situação será resolvida "com tranquilidade e diálogo". "É necessário esse diálogo com o FGC, com os bancos, com a Caixa, mas tem que ter maturidade para isso", afirmou.

Questionada sobre a divulgação do balanço em sabatina do jornal Correio Braziliense, Celina disse que está sendo "discutido" junto ao próprio FGC. A governadora ainda afirmou que essa questão será tratada na audiência de quinta-feira no STF.

Celina também reforçou a importância do banco para a população brasileira. "A população do Distrito Federal tem uma vinculação com o BRB. A aposentadoria dos **servidores públicos** está lá dentro. Qualquer tipo de liquidação do banco traria forte impacto", declarou.

Em referência ao adversário e candidato ao GDF pelo PT, Leandro Grass, Celina disse que se fosse pré-candidata pela sigla estaria intermediando um diálogo com o presidente Lula (PT).

"Se eu fosse pré-candidata do PT, eu chegaria para o Lula e falaria assim: 'presidente, faça um gesto pela minha cidade, porque a aposentadoria dos servidores está lá dentro'. Punir as pessoas que fizeram isso, o Judiciário vai punir", disse.

A governadora ainda alegou que sempre tentou diálogo com o governo federal para resolver a situação do BRB. "Nosso apelo sempre foi o bom-senso. Eu fiz um pedido e fiz gestos ao governo federal porque toda vez que um órgão da minha cidade estiver em risco, eu vou pedir. Sou uma governadora que dialoga", acrescentou.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-21214-1208202606%20-%206860433368a0e6beac53e65e0f3186d1.pdf?t=1786525334666

Zona Franca agrava quadro de baixo crescimento - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada em 1957 como um porto livre. Os incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico da região vieram em 1967, no regime militar, com duração prevista de 30 anos. Desde então, com papel central de governos petistas, seu prazo de validade só se estendeu, bem como seu escopo, por meio das Áreas de Livre Comércio (ALC).

A iniciativa, porém, não entregou o prometido. Por exemplo, passados quase 60 anos, a taxa de desemprego em 2025 foi de 8,2%, ante 5,9% no Brasil. O resultado não surpreende: a pesquisa técnica recomenda que os benefícios sejam transitórios e condicionados a metas de desempenho.

O crescimento econômico da região amazônica não é prova de sucesso. As empresas que lá se instalaram por conta do benefício tributário provavelmente o fizeram em detrimento de outras regiões do país com maior proximidade do mercado consumidor e da oferta de insumos.

Tampouco as empresas conquistaram maturidade suficiente para poder renunciar ao benefício tributário, conforme o inicialmente pretendido. Pesquisa do Climate Change Initiative, da PUC-Rio, mostra que as empresas da região têm níveis de produtividade equivalentes aos de empresas do restante do país (dados entre 2003-2015), mas graças aos subsídios elevados bancados pelos contribuintes. Em 2025, a soma de incentivos fiscais nos níveis federal e estadual ficou na casa de R\$ 47 bilhões.

Na questão ambiental, a evidência disponível não confirma a tese de que a ZFM conteve a destruição da floresta. Possivelmente, ocorreu o contrário (externalidade negativa), por conta dos fluxos migratórios para a região, apontados por Gonçalves e Ehrl em artigo publicado pelo Ipea. A preservação ambiental está associada sobretudo às terras indígenas e às unidades de conservação. Enquanto isso, cresce a presença do crime organizado.

A ZFM teve sua primeira prorrogação em 1986, por mais dez anos. Na Constituição de 1988, mais 25 anos. Em 2003, uma emenda constitucional prorrogou-a até 2023. Em 2014, outra extensão por mais 50

anos, até 2073, incluindo as ALCs. Isso sem uma avaliação para saber se o esforço do contribuinte valia a pena.

A **Reforma Tributária** que criou a CBS e o IBS, concebida, entre outros, para reduzir distorções no sistema, perdeu a oportunidade de reformular a ZFM. Ainda poderá se traduzir na ampliação das suas vantagens, com o efeito colateral de elevar a alíquota-padrão para o restante e inserir complexidade nas regras tributárias. Há um conjunto de regras de isenção, alíquota zero e créditos presumidos, a depender da natureza da operação, como a origem do insumo adquirido e a venda do produto para fora da ZFM. Além disso, produtos idênticos aos da ZFM produzidos em outras regiões estarão sujeitos a uma alíquota mínima de 6,5% do IPI. Foram também criados dois fundos para apoio à região, com validade até 2073. Outro ponto preocupante foi a inclusão da indústria de refino de petróleo no regime, contrariando inclusive o modelo adotado em 1967.

A depender da calibragem dos créditos presumidos da CBS e do IBS, a nova arquitetura poderá ampliar os benefícios da ZFM - não foi divulgado o quanto todos esses benefícios representam em termos de gastos tributários, explica o ex-secretário da Receita José Tostes Neto. Ele também aponta que há muitas questões pendentes de esclarecimento. Por exemplo, para preservar o "diferencial competitivo" da ZFM, será tomado como referência um quadro de alíquota normal nos demais estados ou serão considerados os atuais incentivos de ICMS, que desaparecerão com a transição para o IBS?

A julgar pelo aumento de interesse de empresas em operar na região, a expectativa é a de aumento dos benefícios. São mais de 200 projetos já aprovados, ante as 600 empresas atuando atualmente, segundo a Suframa.

O modelo de perpetuar indefinidamente uma estrutura de subsídios destinada a compensar desvantagens logísticas deveria paulatinamente migrar para outro que explore as vocações genuínas da região amazônica, com ativos como biodiversidade, floresta, recursos genéticos, potencial de bioeconomia etc.

Legisladores sucumbiram aos interesses de grupos organizados, e o governo não conseguiu impedir as

concessões feitas. Assim, o ganho potencial de produtividade da **Reforma Tributária** foi prejudicado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Após investimento recorde, setor de infraestrutura vê otimismo perder força

O setor de infraestrutura apresentou uma queda significativa do otimismo em novos investimentos, apesar do recorde em aportes observado em 2025, segundo a 15 edição do Barômetro da Infraestrutura, pesquisa semestral realizada pela Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib) em parceria com a EY Parthenon.

O levantamento, que não tem caráter científico, busca captar a opinião de gestores, investidores e especialistas que apoiam a estruturação de projetos de infraestrutura. O principal diagnóstico é de que o setor está em "modo cautela" frente a riscos externos e internos.

Enquanto na edição anterior, no segundo semestre de 2025, 54,2% dos respondentes avaliaram o cenário para promoção de investimentos em infraestrutura no país nos próximos seis meses como favorável, no resultado do primeiro semestre de 2026 o número de otimistas caiu para 37,8%. A avaliação desfavorável passou de 20,4% para 30,9%. Os considerados "neutros" também subiram: de 25,4% para 30,4%.

"Uma somatória de fatores pode representar essa cautela, como a proximidade das eleições, os efeitos decorrentes da guerra no Oriente Médio, **inflação**, juros, preço do petróleo e da logística, além de protecionismo comercial e a **reforma tributária**", explica Gustavo Gusmão, sócio da EY-Parthenon.

O executivo reforça também que o ano de 2025 foi bastante expressivo para o setor, com uma quantidade relevante de concessões e investimentos. No último ano, os aportes em infraestrutura alcançaram

R\$ 280,4 bilhões, o que representa um recorde para a série histórica iniciada em 2010.

O setor privado segue como protagonista desses investimentos, com aproximadamente 80% da fatia total de 2025. Ainda assim, é importante destacar que houve um aumento significativo dos aportes vindos do setor público, que passaram de R\$ 36,6 bilhões, em 2022, para R\$ 59,9 bilhões, em 2025. O número ainda é menor do que o pico de investimento público, de R\$ 99,2 bilhões, em 2014, como destaca o economista Gesner Oliveira, sócio da consultoria GO Associados e professor da FGV.

"O investimento público ainda está bem inferior a 2014 e 2013. O investimento privado aumentou graças às PPPs e concessões, mas o investimento público não aumentou na mesma proporção. No Orçamento público não houve folga fiscal para que você aumentasse o investimento. Infelizmente é mais fácil cortar investimento do que outros tipos de políticas. O investimento público tem sofrido, e para o investimento privado crescer é necessário o investimento público, mas tem muito pouco espaço", avalia Oliveira.

Governo tenta espantar "jabutis" de projeto sobre combustíveis

BRASÍLIA (Thaís Barcellos e Lauriberto Pompeu)

O governo federal abriu negociações no Congresso para tentar barrar mudanças que elevariam o impacto fiscal do projeto de lei complementar (PLP) dos combustíveis. Há possibilidade de a proposta ser apreciada nesta semana, no "esforço concentrado" de votações antes do início oficial da campanha eleitoral.

Ontem, os ministros da Fazenda, Dario Durigan, da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, e do Planejamento, Bruno Moretti, reuniram-se no Palácio do Planalto com os líderes do governo e do PT no Congresso. Paulo Pimenta (PT-RS), líder na Câmara, afirmou que o projeto está "cheio de jabutis", com temas que fogem do escopo original, e será discutido em reunião com o presidente da Câmara, Hugo Motta.

FÁBRICAS DE FERTILIZANTES

O governo formulou o PLP em abril, no auge da guerra no Oriente Médio, para alterar, de forma temporária, dispositivo da Lei de Responsabilidade

Fiscal que veda o uso de receitas não recorrentes para compensar renúncias tributárias. Para a equipe econômica, a redução de **tributos** é medida mais simples para mitigar os efeitos da disparada do petróleo, mas, como o PLP não foi votado tempestivamente, o governo decidiu subvencionar produtores e importadores de combustíveis.

O substitutivo da deputada Marussa Boldrin (Republicanos-GO), relatora da proposta, faz uma série de modificações no projeto original, com a inclusão, por exemplo, de medidas para preservar o regime fiscal favorecido de biocombustíveis em caso de desoneração de combustíveis fósseis. O "jabuti" inserido na proposta original afetaria o equilíbrio fiscal da medida.

O Senado aprovou ontem projeto de lei que libera até R\$ 10 bilhões, em cinco anos, para construção de fábricas de fertilizantes ou modernização das atuais, com créditos fiscais de **tributos** federais limitados a R\$ 2 bilhões anuais. A relatora, Tereza Cristina (PP-MS), atendeu a pedidos da equipe econômica e fez mudanças no projeto, reduzindo o impacto fiscal inicial de R\$ 10 bilhões para R\$ 5 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Justiça pode monitorar contas de ex-executivos e de acionista da Americanas

R\$ 54 bi haviam sido alvo de bloqueio da Justiça

O ex-CEO da Americanas Sergio Rial, Beto Sicupira, acionista de referência da varejista, Paulo Alberto Lemann (filho de Jorge Paulo Lemann), e Eduardo Saggioro, apontado como operador dos sócios originais da varejista, podem ter suas movimentações financeiras monitoradas, mesmo após a Justiça suspender o bloqueio seus bens. A possibilidade consta de decisões sigilosas do desembargador Flávio Lucas, do Tribunal Regional Federal da 2 Região (TRF-2), às quais o Valor teve acesso.

Na semana passada, o magistrado atendeu aos pedidos das defesas e desbloqueou os recursos, mas reforçou nas decisões que os executivos seguem sendo investigados e que há elementos para se averiguar a real participação deles nas fraudes.

Segundo a decisão, nada impede que a juíza responsável pela investigação "mantenha vigorando medida de quebra de sigilo bancário e fiscal com vistas a acompanhar qualquer movimentação patrimonial desses investigados, mesmo porque, os fatos envolvem fraudes contábeis que podem ainda se perpetuar seja na ocultação delas seja até mesmo num viés de eventual lavagem de dinheiro, sempre lembrando que ainda estamos em sede de inquérito policial". Decisão semelhante foi tomada em relação a Rial.

Na prática, isso significa que a juíza responsável por conduzir as investigações na primeira instância poderia monitorar as movimentações financeiras de alguns dos principais executivos do país. O Valor apurou que, até o momento, a juíza Giovana Calmon, da 10 Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, não quebrou o sigilo dos acionistas de referência. As investigações tramitam em sigilo.

Fontes ligadas ao caso consideram que o desembargador quis fazer uma sinalização à juíza, depois de derrubar suas decisões e apontar que elas não teriam elementos suficientes envolvendo os executivos para decretar medidas tão drásticas como os bloqueios que foram **impostos**.

Os quatro tiveram o bloqueio de até R\$ 54,2 bilhões, montante estimado pela Polícia Federal (PF) que engloba todo o dano causado pela fraude financeira

por meio de um laudo técnico, que considera fatos ocorridos após a divulgação do caso, em 2023, para fechar o cálculo.

Para Rial, a Justiça determinou o bloqueio de até R\$ 3,7 bilhões, o equivalente ao que o Banco Santander tem a receber no âmbito da recuperação judicial da Americanas. Ele foi CEO do Santander antes de assumir a rede varejista e, por isso, a juíza responsável considerou esse valor ao determinar o bloqueio.

Ao mandar desbloquear os recursos dos executivos, o desembargador reconheceu que há "dúvidas" quanto ao real envolvimento deles nas fraudes e pontuou que, no caso dos acionistas de referência, o próprio Ministério Público Federal no Rio de Janeiro foi contra as buscas e contra o bloqueio de bens, mas se manifestou pela quebra de sigilo das comunicações deles por telefone e e-mail.

"Os requerentes estão implicados na investigação, ao menos até o momento, na condição de acionistas de referência da companhia e garantidores sem delimitação ou individualização de condutas específicas e com base em elementos probatórios que, a meu sentir, ainda lançam alguma dúvida até mesmo sobre a amplitude do seu conhecimento acerca dos fatos, de sua capacidade de agir e da forma que teriam supostamente contribuído, seja como acionistas de referência seja compondo o Conselho administrativo da companhia, num quadro que em nada favorece a imposição de medida cautelar patrimonial tão severa e que fatalmente pode haver resultado em bloqueio universal", disse Flávio Lucas na decisão sobre os acionistas. A mesma dúvida foi levantada ao tratar do desbloqueio dos bens de Rial.

Para suspender os bloqueios, o magistrado considerou que os altos valores encontrados indicam que não há tentativa dos executivos de dilapidar o patrimônio. Nas contas bancárias de Beto Sicupira foram bloqueados R\$ 314 milhões, além de um automóvel, três embarcações e uma aplicação financeira na Petrobras. Na ocasião, também foi decretada a indisponibilidade de bens de todas as empresas em que figura como cotista nas juntas comerciais.

Já em relação a Paulo Lemann, filho de Jorge Paulo Lemann, foram bloqueados R\$ 24,2 milhões em suas

contas bancárias, além de três automóveis e aplicações financeiras na Ambev e na Petrobras. A Junta Comercial de São Paulo localizou participação dele na empresa Vectis Assessoria Financeira e na Fiesole Empreendimentos e Participações, empresa em que ele figura como diretor.

Já de Saggiaro foram bloqueados R\$ 25,3 milhões de suas contas bancárias. O executivo ainda tem participação em várias empresas na Junta Comercial do Rio, cujos valores de participações não foram apresentados.

Nas contas bancárias de Rial, a Justiça Federal conseguiu bloquear R\$ 352,4 milhões, além de valores relativos às empresas nas quais ele tem participação, mas que não são listadas na decisão.

Procurada, a assessoria de Rial não quis se manifestar. A assessoria dos acionistas de referência divulgou nota afirmando ter recebido "com confiança" a decisão que suspendeu os bloqueios de bens e ressaltando que não houve "em nenhum momento, quebras de sigilo bancário ou fiscal de seus clientes". "Pelo sigilo da investigação a defesa não irá comentar pontos específicos, mas lembra que a decisão de primeiro grau foi proferida contrariando a posição do Ministério Público Federal", segue o texto.

A nota afirma ainda que as investigações feitas até o momento "evidenciam que os acionistas de referência e o conselho de administração foram sistematicamente enganados pela antiga diretoria da companhia, responsável pela fraude que atingiu a Americanas, seus investidores, credores, colaboradores e os próprios acionistas". O texto também diz que os acionistas "permanecerão colaborando integralmente com as investigações". Procurada, a Americanas informou que não iria comentar.

O custo da crise entre Milei e Lula - ANDRÉS OPPENHEIMER

ANDRÉS OPPENHEIMER

Da página A1 O conflito diplomático entre Argentina e Brasil, após o presidente argentino, Javier Milei, ter chamado Luiz Inácio Lula da Silva de "ladrão" e "corrupto", mascara uma realidade mais preocupante: as disputas políticas na América Latina estão prejudicando o crescimento econômico da região.

Enquanto a disputa diplomática dominava as manchetes, outra história passou quase despercebida: o comércio intrarregional entre os países latino-americanos caiu para o nível mais baixo em quase duas décadas, segundo um novo estudo das Nações Unidas.

O estudo Disrupções e Oportunidades, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), afirma que o comércio intrarregional na América Latina caiu de um pico histórico de 21% das exportações totais da região, em 2008, para apenas 14%, em 2024. Essa é uma das taxas mais baixas do mundo. Em comparação, o comércio intrarregional na União Europeia representa mais de 60% de suas exportações totais.

Os três copresidentes do grupo que elaborou o estudo - o secretário executivo da Cepal, José Manuel Salazar-Xirinachs, e os ex-presidentes Michelle

Bachelet, do Chile, e Iván Duque, da Colômbia - deixaram de lado suas diferenças políticas para buscar soluções comuns que impulsionem as economias latino-americanas.

O relatório propõe que, em vez de buscar acordos presidenciais de difícil implementação, sejam firmados tratados concretos em áreas específicas. Em outras palavras, menos retórica grandiloquente sobre uma América Latina maior e mais acordos concretos para reduzir as barreiras alfandegárias, que dificultam a exportação de parafusos, ou qualquer outro produto, de um país da região para outro.

Hoje, muitos produtores consideram mais fácil exportar para EUA ou China do que para os países vizinhos. O México envia 84% de suas exportações para os EUA e apenas 4% para a América Latina, enquanto o Brasil envia 28% para a China e apenas 15% para a região, afirma o estudo.

O comércio intrarregional representa uma grande oportunidade perdida para a América Latina, pois constitui um mercado de mais de 660 milhões de pessoas e um **PIB** combinado de US\$ 6,8 trilhões.

É hora de a América Latina começar a construir a integração regional de baixo para cima. Se o comércio puder ser despoliticizado, os presidentes de Argentina e Brasil - ou de qualquer outro país - poderiam se insultar diariamente, mas a economia regional crescerá mais, beneficiando todos.

É COLUNISTA DO "MIAMI HERALD", APRESENTADOR DO PROGRAMA "OPPENHEIMER APRESENTA" NA CNN EM ESPANHOL

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação desacelera em julho, mas preço de serviços ainda preocupa

PAULA MARTINI/RIO, PAULA DIAS e GUSTAVO
NICOLETTA/SÃO PAULO

Indicador oficial da **inflação** no País, o IPCA teve variação de 0,07% em julho, ante 0,16% em junho, na menor taxa para o mês desde 2022 (quando houve deflação de 0,68%). Com o resultado, o índice passou a acumular alta de 3,44%, no ano, e de 4,44% nos últimos 12 meses - voltando a ficar abaixo do teto da meta perseguida pelo Banco Central (de 4,5%).

Segundo o gerente da pesquisa do IPCA, Fernando Gonçalves, o resultado de julho refletiu uma combinação de quedas em itens relevantes como alimentos e combustíveis e pressão concentrada em energia elétrica. Pelos dados do IBGE, o grupo Habitação acelerou de junho (0,63%) para julho (0,99%), puxado pela alta da energia elétrica residencial, que saiu de 1,53% para 3,09%. Foi o principal impacto individual no mês (0,13 ponto percentual).

Em contrapartida, o grupo Alimentação e Bebidas ficou negativo em 0,67%, por influência da alimentação no domicílio (-1,14%). Tomate (29,09%), batata-inglesa (19,59%), cenoura (-14,41%) e café moído (-2,45%) foram destaque, segundo o IBGE.

Houve também recuo nos preços de combustíveis: -2,26% no etanol; -1,37% na gasolina, -1,22% no óleo diesel e -0,08% no gás veicular. Pelas contas de Gonçalves, a **inflação** teria ficado em 0,27% se fosse descontada a queda em Alimentação e Bebidas. "Foi um cabo de guerra."

O número geral de julho ficou pouco acima do esperado pelo mercado. Pesquisa do Projeções Broadcast apontava para a mediana de 0,03%. A leitura da maioria dos analistas foi de que o dado não muda o diagnóstico central de desinflação gradual no curto prazo, embora o IPCA tenha apresentado um "qualitativo" pouco pior na margem, sobretudo por serviços - que acumula alta de 5,86% nos últimos 12 meses.

Para Leonardo Costa, economista do ASA, essa piora marginal não altera a tendência recente. "O balanço qualitativo pouco pior na margem não invalida a leitura de melhora da **inflação** no curto prazo, mas deve reduzir o ímpeto de otimismo em torno das recentes

revisões baixistas para o IPCA de 2026", disse ele.

Mariana Rodrigues, economista da SulAmérica Investimentos, também chamou atenção para a perda de qualidade em núcleos e serviços. "Os serviços totais e subjacentes mostraram piora qualitativa, situando-se no teto das expectativas do mercado." Segundo ela, o resultado foi impulsionado por itens como alimentação fora do domicílio, reparo de veículos e transporte por aplicativo.

Na mesma linha, o Bradesco avaliou que "a deflação de alimentos e a queda dos combustíveis compensaram apenas parcialmente a surpresa de serviços", citando que a alimentação no domicílio recuou 1,14%, com queda de 6,33% em produtos in natura e carnes praticamente estáveis.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após ata do Copom, maioria do mercado vê só mais um corte da Selic

LETÍCIA CORREIA, GABRIELA JUCÁ e DANIEL TOZZI

Apesar da avaliação de que a política monetária tem apresentado resultados, ajudando a esfriar o ritmo da economia, o Banco Central considera que os índices inflacionários continuam pressionados pela demanda e que, num cenário como esse, existe a necessidade de manutenção dos juros em patamar elevado. É o que diz a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem.

"O comitê avalia que as evidências de transmissão da política monetária contracionista para a atividade econômica têm se acumulado gradualmente. Embora a política monetária esteja contribuindo de forma determinante para o processo de desinflação, a **inflação** permanece pressionada pela demanda, exigindo que a política monetária mantenha caráter restritivo", diz trecho do documento.

Também ontem, o IBGE divulgou que o IPCA de julho ficou em 0,07%, com queda na margem, mas analistas chamaram a atenção que a trajetória dos preços de serviços ainda é de alta.

A ata não trouxe indicações sobre novos cortes, ressaltando que a magnitude do ciclo dos juros será ajustada "à luz da evolução do cenário". Na leitura de analistas de mercado, o BC segue dependente de dados e não fechou a porta a reduções adicionais da taxa básica de juros, mas continua trabalhando com um cenário mais conservador.

Por essa razão, a maioria prevê só mais uma redução de 0,25 ponto porcentual da Selic neste ano - provavelmente, na reunião do Copom de setembro -, segundo nova pesquisa do Projeções Broadcast. Esse é o cenário-base de 23 das 36 instituições consultadas, caso de Itaú Unibanco, Santander e JPMorgan. Para outras oito casas, podem ocorrer dois ou três novos cortes até o fim do ano, enquanto cinco instituições preveem manutenção da Selic no atual patamar, de 14%.

A XP está nesse último grupo, que não vê espaço para novas reduções. O economista-chefe da casa, Caio Megale, defende que os atuais choques globais de oferta relacionados à energia, inteligência artificial e ao El Niño, somados à resiliência da demanda doméstica e às expectativas de **inflação** acima da meta,

justificam uma pausa na "calibragem" da taxa básica de juros. A XP manteve a projeção da Selic em 14% ao fim deste ano, sem novos cortes, após a divulgação da ata de agosto.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC não dá pistas sobre redução adicional de juros

**ALVARO GRIBEL REPÓRTER ESPECIAL E COLUNISTA
DO ESTADO EM BRASÍLIA**

O Banco Central divulgou ontem a ata da última reunião do Copom, e, se havia alguma expectativa de sinalização sobre os seus próximos passos, isso não aconteceu. O BC preferiu seguir na estratégia de não dar sinais sobre os rumos da Selic e, assim, ter mais tempo para analisar os dados em um ambiente de volatilidade econômica no Brasil e no mundo.

Também ontem, o IBGE divulgou o IPCA de julho, que ficou em 0,07%, ligeiramente acima da mediana das projeções do mercado, em 0,03%, mas abaixo do número de 0,26% de julho do ano passado. Com isso, a taxa em 12 meses recuou para 4,44%, voltando a ficar dentro do intervalo de tolerância da meta de **inflação**.

Esse dado da **inflação** "corrente" poderia ser visto como uma fresta para a continuidade dos cortes dos juros, mas a política monetária é mais complexa do que isso e depende de vários outros fatores. A **inflação** dentro do teto deve ter vida curta, como mostram as próprias projeções do Banco Central. Para o final do ano, a expectativa é de que o IPCA termine em 5,1%, muito acima da meta de 3% e também acima do teto de 4,5%.

O BC, contudo, está mirando o primeiro trimestre de

2028, o chamado "horizonte relevante" da política monetária - e, lá na frente, as suas projeções apontam o IPCA em 3,2%, já muito próximo da meta. Essa é a principal deixa para que a Selic continue caindo, embora nada esteja garantido. Na ata, o BC reforçou um tom duro sobre o cenário de **inflação**, com desancoragem de expectativas, resiliência na **inflação** de serviços, pressão sobre o câmbio e políticas fiscais do governo que estimulam o consumo. Uma assimetria "altista", pelo jargão técnico do BC.

Por outro lado, disse que está vendo sinais de "desaceleração disseminada" nos indicadores de atividade entre o primeiro e o segundo trimestres. Esse esfriamento da economia é um fator determinante para novos cortes da Selic, porque significa menos pressão sobre os preços.

A **inflação** não está confortável no País, por estar

longe da meta de 3%, mas também não está descontrolada. Como o BC manteve os juros altos por muito tempo, ainda há espaço para novos cortes nas próximas reuniões. Mas tudo dependerá dos dados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsa fecha no menor patamar desde janeiro; dólar vai a R\$ 5,16

JULIANA MACHADO e ANTONIO PEREZ

Principal referência da Bolsa brasileira, o Ibovespa teve ontem mais um dia de queda, atribuída a preocupações dos investidores com o cenário eleitoral e à revisão, feita pelo JPMorgan, de recomendação para compra de ativos brasileiros. Foi o sexto pregão consecutivo de baixa do índice, que recuou 2,50%, aos 167,8 mil pontos - menor nível desde 20 de janeiro. Já o dólar subiu 0,98%, fechando em R\$ 5,16.

O banco americano reduziu sua recomendação para o Brasil de "compra" para "neutra", em um movimento que contribuiu para a saída de recursos estrangeiros da Bolsa. A queda foi mais acentuada entre as maiores empresas do índice, como bancos, Vale e Petrobras. No setor financeiro, o Banco do Brasil caiu 3,74%, o Itaú recuou 3,51% e o Bradesco terminou em baixa de 2,27%. Já as ações preferenciais da Petrobras caíram 1,35%.

Marcelo Audi, sócio fundador da Cardinal Partners, afirma que a saída de investidores estrangeiros ocorre desde meados de julho, em meio a preocupações com a política monetária global e com a persistência da **inflação**. "Hoje (ontem), tivemos esse catalisador, o relatório do JPMorgan, que está provocando uma venda um pouco mais generalizada do estrangeiro", afirmou. Os investidores estrangeiros retiraram R\$ 5,5 bilhões da Bolsa em agosto até o dia 7, segundo dados da B3.

Segundo operadores, as eleições também voltaram a influenciar o mercado após a divulgação de duas pesquisas que apontaram vantagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre seu principal adversário, Flávio Bolsonaro (PL). Os levantamentos foram feitos por CNT/MDA e Futura.

Embora o cenário eleitoral tenha peso maior entre investidores brasileiros, especialistas afirmam que a indefinição sobre os rumos da política econômica também pode afetar os estrangeiros. "O estrangeiro, de fato, parece menos preocupado que os locais em relação à eleição, mas é muito difícil argumentar que é irrelevante", afirma Rafael Ihara, economista-chefe da Meraki Capital.

DÓLAR. O real amargou ontem o pior desempenho entre as moedas mais líquidas. A moeda americana

acumula valorização de 1,78% em agosto, após baixa de 1,79% no mês passado. No ano, as perdas são de 5,98%. "O rebaixamento do Brasil pelo JPMorgan fez preço, com o mercado já de olho no período eleitoral. O real se valorizou frente a outras divisas emergentes em julho, mas já está devolvendo tudo", disse o diretor de Tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INFLAÇÃO ABAIXO DO TETO - IPCA tem menor alta para julho em 4 anos, mas cenário e El Niño preocupam economistas e BC

CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobo.com.br (leia mais na página 14).

A **inflação** perdeu força em julho, mas ainda é fator de preocupação para economistas e para o Banco Central (BC). O IPCA, índice oficial, avançou apenas 0,07% em julho, o menor percentual para o mês em quatro anos. Ainda assim, o resultado veio acima das projeções de analistas, que previam alta de 0,03%. O leve descasamento entre expectativa e realidade é reflexo de serviços mais resistentes e de uma queda na alimentação menor do que a esperada pelos economistas. Quando se observa o comportamento dos preços em um horizonte mais longo, porém, a taxa acumulada em 12 meses ficou em 4,44%, abaixo do teto da meta definida pelo BC, de 4,5%, pela primeira vez desde abril.

O índice de **inflação** foi divulgado no mesmo dia em que o BC publicou a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), da semana passada, quando a taxa básica de juros foi reduzida a 14% ao ano. Na análise do BC, o quadro é de **inflação** puxada por consumo interno aquecido, pressionada pela demanda e que requer juro alto o suficiente para frear a economia

REUNIÃO ANTES DA ELEIÇÃO

Nesse equilíbrio de pesos e contrapesos, de alívio em julho, mas preocupação com a demanda e o impacto do El Niño adiante, economistas colocaram no radar a possibilidade de um novo corte de 0,25 ponto percentual da Selic na reunião de setembro, a última antes da eleição presidencial. Não há consenso quanto a essa aposta, mas o cenário posterior é ainda mais nebuloso. Qualquer análise sobre a reunião de novembro dependerá de novos dados, especialmente da **inflação** de serviços e do nível de atividade, além da avaliação de riscos para a **inflação**, como o dólar e o impacto do fenômeno climático.

Para Leonardo Costa, economista do ASA, a principal mensagem da ata do Copom foi a dependência de

dados. Ele avalia que o BC evitou se comprometer com uma trajetória para os juros e deixou aberta a possibilidade de novos ajustes, caso a **inflação** piore ou a atividade aqueça mais do que o esperado. Costa mantém a projeção da Selic em 14% até o fim do ano, mas já reconhece risco crescente de novo corte de 0,25 ponto percentual em setembro:

- O ponto central é se a moderação da atividade segue ocorrendo de forma gradual ou se está ganhando intensidade suficiente para justificar uma postura monetária mais acomodatória nos próximos meses.

Segundo o economista, a projeção do BC para o IPCA no primeiro trimestre de 2028 segue em 3,2%, perto da meta, o que sustentaria postura mais flexível. Até a próxima decisão, a prévia da **inflação** de agosto vai indicar se a surpresa dos serviços em julho foi pontual ou sinaliza desaceleração mais lenta dos componentes mais "inerciais", enquanto os indicadores de atividade ajudarão a medir a intensidade da desaceleração econômica mencionada pelo BC.

Gabriel Pestana, economista da Genial Investimentos, defende que o ideal seria a Selic ficar no patamar atual, mas passou a esperar redução em setembro depois da ata do Copom, que sinalizou que a política monetária não deve vir do lado da oferta, uma mudança em relação à comunicação anterior. De novembro em diante, porém, ele vê cenário mais incerto. A sazonalidade de serviços e alimentos, que pode ser agravada pelo El Niño, por estímulos fiscais, a eventual piora do câmbio como proximidade das eleições e o risco de novos conflitos pressionando juros nas economias desenvolvidas podem reduzir o fluxo de recursos para emergentes.

-Agente entende que o BC vai parar de cortar em novembro, mas a chance de corte aumentou um pouco após a ata. Estamos vendo um BC talvez um pouco mais preocupado com a atividade e, por isso, mais confortável com a **inflação** entre 4% e 4,5% do que em 3% - analisa Pestana.

CALIBRAGEM DO BC

Já o economista-chefe do C6, Felipe Salles, avalia que o BC adotou postura dura e agora tenta calibrar o grau ótimo de aperto.

- Está tudo muito incerto e muito complexo. O Banco Central vai tateando, decidindo reunião a reunião, aprendendo com os novos dados - resume Salles, que, por ora, projeta manutenção de 14% da Taxa Selic, mas diz que um corte de 0,25 ponto está "super na mesa".

CABO DE GUERRA

O gerente do IPCA, Fernando Gonçalves, resumiu o resultado como "cabo de guerra". De um lado, alimentos e combustíveis mais baratos. Do outro, a energia elétrica em alta. Sem a alimentação, o índice teria subido 0,27%. Sem a energia, teria havido deflação de 0,07%, calcula.

O grupo Alimentação e bebidas caiu 0,67% - a maior queda desde julho de 2024 -, puxado pela alimentação no domicílio (-1,14%). Tomate (-29%), batata-inglesa (-19,6%) e cenoura (-14,4%) lideraram as quedas. O café, vilão da **inflação** nos últimos anos, recuou 2,45% no mês e acumula queda de 17,2% em 12 meses, a maior desde o Plano Real, mas ainda não devolveu toda a alta de 82,24% acumulada até maio de 2025. Braz, do FGV Ibre, projeta agosto e setembro favoráveis à agricultura, com o principal risco vindo de possíveis efeitos do El Niño mais à frente.

A alimentação fora do domicílio e os serviços, por outro lado, aceleraram com o período de férias. Passagens aéreas avançaram 11,67%.

A energia elétrica subiu 3,09%, maior alta para julho desde 2021, puxada por reajustes em São Paulo, Porto Alegre e Curitiba e pela manutenção da bandeira amarela. Para agosto, o bônus de Itaipu deve aliviar a conta de luz. André Braz, coordenador do índice de preços do FGV Ibre, projeta queda de 7% no item, mas alerta que o efeito será rebatido pela devolução do efeito desse bônus já em setembro:

- O BC precisa analisar quase semanalmente o cenário nacional e internacional. Se nada mudar nos próximos 45 dias, há chance de novo corte de 0,25 ponto. Não dá para cravar. A palavra-chave desses tempos é incerteza.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fuga de estrangeiros derruba Bolsa, e dólar vai a R\$ 5,16

PAULO RENATO NEPOMUCENO
paulo.renato@oglobo.com.br

O Ibovespa registrou ontem a maior perda diária desde 12 de março, após o banco americano JPMorgan retirar a recomendação de compra de ações brasileiras. Preocupações com o comportamento da inflação, pesquisas eleitorais e as incertezas sobre o rumo do conflito no Irã também pesaram nos ativos. O principal índice da Bolsa fechou pelo sexto pregão seguido em queda, com baixa de 2,5%, aos 167.875 pontos, menor nível desde janeiro. O dólar subiu 0,98%, a R\$ 5,16.

No relatório que revisou a recomendação do país, os analistas do JPMorgan afirmaram que, diante do período eleitoral, preferem "ficar de fora do mercado a pagar o preço da incerteza". O cenário financeiro também não contribui. Para os americanos, "o ciclo de flexibilização monetária está chegando ao fim, o crescimento desacelera e o ciclo de crédito piora".

Além da revisão, o dia foi de "pessimismo generalizado" por outros fatores, avalia Frederico Nobre, gestor da Warren Investimentos:

-Tivemos o rebaixamento diante da maior proximidade das eleições e o dado de inflação um pouco acima do esperado. E ainda estamos com a curva de juros estressada. Tudo isso afeta o humor do mercado -diz.

Fecharam em baixa 71 das 76 ações que compõem o Ibovespa. Prova do início da volatilidade guiada pelas eleições foi a divulgação de pesquisa no início da tarde, que mostrou diferença relevante em eventual segundo turno, com vantagem para Lula, que tenta reeleição.

A fuga dos ativos locais também pressionou os juros futuros. A taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2028 subiu de 13,835% na segunda-feira para 13,895% ontem, enquanto o contrato para janeiro de 2030 foi a 14,345%, de 14,285% na véspera.

-Apesar do downgrade (rebaixamento) ter sido para as ações, isso acaba espalhando para outros ativos, como títulos públicos, que têm fluxo estrangeiro relevante -disse Jonathan Joo Young Lee, gestor da Mirae Asset no Brasil.

Para Gilberto Kfoury, chefe de investimentos da gestora do BNP Paribas, a ponta mais curta não sofreu tanta variação porque o Banco Central deixou a "porta aberta", esperando novos dados de atividade, ou seja, não indicou os próximos passos na ata.

Dentre as 31 moedas mais negociadas no mundo, o real foi a que teve a pior performance frente ao dólar. Diante da saída do investidor estrangeiro, a moeda retornou a um valor não visto desde o início de julho.

- Entramos em período eleitoral, e o dólar deve ficar neste patamar nos próximos meses, mais nervoso, porque teremos volatilidade maior - disse Kfoury, que não enxerga espaço para avanços mais expressivos diante do alto diferencial de juros no Brasil, que atrai capital internacional, e do patamar do petróleo, que ajuda a trazer dólares ao país.

A incerteza sobre o Estreito de Ormuz voltou a pressionar o petróleo. O barril do Brent (referência internacional) chegou a superar US\$ 90, mas encerrou em alta de 1,36%, a US\$ 88,91. As Bolsas de Nova York fecharam em baixa. O S P 500 cedeu 0,32%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Demanda pressiona inflação, o que exige Selic elevada, avalia BC

THAÍS BARCELLOS thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA (Colaborou Fabio Graner)

A **inflação** no país ainda é puxada pelo consumo interno aquecido, não só por fatores externos, o que exige juros altos o suficiente para frear a economia, avalia o Comitê de Política Monetária (Copom), conforme a ata divulgada ontem pelo Banco Central. Na semana passada, o colegiado reduziu a Selic pela quarta vez seguida, de 14,25% para 14% ao ano. Analistas ouvidos pelo GLOBO esperam um novo corte em setembro, mas, para depois, não há consenso.

Há evidências de que os juros altos têm impactado a atividade econômica, afirma o Copom, ressaltando, porém, que, "a **inflação** permanece pressionada pela demanda, exigindo que a política monetária mantenha caráter restritivo". Nesse cenário de demanda ainda aquecida, o BC diz estar atento ao efeito de novos estímulos econômicos que possam pressionar ainda mais os preços.

As menções à demanda aumentaram de seis para oito entre as duas últimas atas do Copom, evidenciando uma preocupação ainda forte com o ritmo da atividade econômica. E isso no momento em que o mercado financeiro já projeta um crescimento próximo a 1,5% em 2027, quando o efeito da política mais restritiva estará bastante intenso.

O BC ressaltou que as expectativas de **inflação** do mercado seguem acima da meta em todos os prazos, o que exige uma desaceleração maior da economia - por meio de juros altos - para obter o mesmo resultado. Para o BC, "perseverança, firmeza e serenidade na condução da política monetária" contribuirão para a reancoragem das expectativas, que é importante para a convergência da **inflação** à meta.

ATENÇÃO AO FISCAL

Para Daniel Teles, sócio da Valor Investimentos, considerando a ata e o IPCA de julho (leia mais na página 13), haverá um novo corte em setembro:

-Eu estava bem convicto de que o BC pararia em 14% e seguiria para um período de avaliação, mas agora já começo a ver espaço para queda a 13,75% na próxima reunião. Abaixo de 13,75% é bastante

improvável.

Segundo Teles, o que pode travar um novo corte é o comportamento dos preços de serviços, que voltaram a surpreender para cima, sinalizando uma economia ainda aquecida. Ele ainda notou na ata uma preocupação maior com a qualidade do crédito impulsionado pelo governo federal:

- Vai impulsionar o consumo e passar a ser uma das preocupações para a Selic.

Com relação à política fiscal, o BC reafirmou que o governo tem um impacto de curto prazo sobre a economia - principalmente por estimular a demanda - e outro mais estrutural, que pode afetar a confiança na capacidade do país de pagar suas dívidas e, com isso, pressionar os juros de longo prazo. "Uma política fiscal que atue de forma contracíclica e contribua para a redução do prêmio de risco favorece a convergência da **inflação** à meta", destacou a ata.

O economista Leonardo França Costa, da consultoria ASA, estima que, se a atividade continuar em desaceleração e a **inflação** ceder, há chance de uma redução de 0,25 ponto percentual em setembro. Ele, porém, ainda mantém sua projeção de uma Selic a 14% no fim do ano.

Já o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, revisou sua estimativa depois da ata, de 14% para 13,25%, passando a prever queda de 0,25 ponto em cada reunião até o fim do ano:

- A revisão reflete, principalmente, nossa expectativa de continuidade da desaceleração da atividade econômica, que deverá contribuir para o processo de desinflação. Ainda assim, avaliamos que o ciclo de calibração do grau de restrição monetária deverá permanecer gradual, diante da desancoragem das expectativas de **inflação**.

O Copom calibra a Selic para alcançar a meta de **inflação**, de 3% ao ano, com margem de tolerância entre 1,5% e 4,5%. Hoje, o BC projeta que o IPCA só deve convergir para essa meta no primeiro trimestre de 2028. Para o fim deste ano, a expectativa é de 5,1% -acima do teto - e, para o fim de 2027, de 3,8%.

PETRÓLEO E CLIMA NO RADAR

Quanto aos fatores externos, como o petróleo e o clima, o BC avalia que não deve reagir diretamente a eles, mas que é preciso "monitorar com atenção" possíveis efeitos, agindo com firmeza caso se confirmem. A ata cita choques ligados ao petróleo e seus derivados, em referência ao conflito no Oriente Médio, e os impactos do El Niño na agricultura e no custo de energia.

O BC não sinalizou o que pretende fazer em setembro: repetiu que vai avaliar os dados até lá para decidir o tamanho do próximo corte, se houver. Disse que há incerteza "em níveis historicamente elevados" e que, por isso, a magnitude do ciclo de cortes será ajustada à luz da evolução do cenário.

A ata foi enxuta, indo pouco além do **comunicado** da semana passada. De modo geral, o Copom fez uma leitura um pouco melhor da **inflação** futura, mas segue preocupado com a distância entre as expectativas do mercado e a meta.

Sobre o mercado de trabalho, a ata apontou que o desemprego se mantém historicamente baixo, mas o crescimento da ocupação está desacelerando, assim como os salários médios. Contudo, a renda dos trabalhadores ainda cresce acima da produtividade - ou seja, mais rápido do que o valor gerado pelo trabalho.

No cenário externo, o BC ainda vê incerteza elevada, tanto pelas tensões geopolíticas quanto pelas dúvidas sobre a política econômica dos EUA.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

No debate do ajuste fiscal, nada é o que parece

Nos debates sobre as contas públicas no próximo governo, nada é o que parece. Se algum candidato planeja uma reforma estrutural, como recomenda boa parte dos especialistas, não vai detalhar suas ideias nos palanques. São mudanças impopulares.

Se, ao contrário, promete gastar mais sem cortar do outro lado, vende terrenos na lua ou planta crise. O Orçamento federal está cada vez mais apertado.

Ou seja, as informações sobre a política fiscal que circulam antes das eleições não contam toda a história.

Por exemplo: o senador Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência da República, apareceu na semana passada usando um broche em formato de tesoura. Simbolismo à parte, é bom lembrar que seu pai e guru político, o ex-presidente Jair Bolsonaro, interditou a agenda liberal de sua equipe econômica.

Em 2020, ameaçou com "cartão vermelho" o número dois do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, por defender a desindexação de benefícios sociais em relação ao salário mínimo. Cozinhou no vapor por um ano e nove meses a reforma administrativa e, depois de enviá-la ao Congresso, não moveu uma palha por ela. Vetou a privatização da Petrobras e do Banco do Brasil.

Na outra ponta, o plano de governo do autodeclarado porreta presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fala em seguir com a política de valorização do salário mínimo, que estabelece aumentos acima da **inflação**. Não diz que, por obra de uma lei aprovada em 2024, haverá um limite de 2,5% ao crescimento real (a regra anterior era **inflação** mais a variação do Produto Interno Bruto de dois anos antes, o que daria 3,4% este ano).

Fora isso, há uma incógnita pouco considerada no momento: o comportamento do Congresso Nacional. É lá o cemitério das ideias da linha motosserra, das reformas ousadas e do voluntarismo presidencial. O avanço de pautas-bomba com impacto de R\$ 111 bilhões que se viu em junho passado é só um lembrete.

Se o futuro presidente conseguirá fazer um ajuste forte em 2027, como recomendado pelos especialistas, é

uma questão ainda em aberto.

"Ele vai fazer um maior ou menor esforço fiscal no começo do governo a depender da crise de confiança que ocorrer no pré-eleição", disse Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, na hipótese de vitória de Lula. "Se isso criar uma tensão no sistema político, você pode começar o próximo governo com algum ajuste fiscal."

Mas, em se tratando de um governo Lula 4, será um ajuste "aquém do necessário para estabilizar a trajetória da dívida", afirmou.

Sobre a hipótese de vitória de Flávio, Mendes vê uma "grande interrogação", pois não está claro quem dará as cartas na economia ou qual o grau de convicção em relação ao ajuste fiscal.

"Eu acho que a maneira de tentar lidar com essa resistência [do Congresso] é fazer um pacote de ajuste em quatro ou cinco anos, só que todas as medidas têm que ser anunciadas e aprovadas ainda em 2027", opinou Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV Ibre. "Óbvio que tem o risco de elas serem alteradas em 2028, 2029, perto das eleições, mas eu acho que hoje a única maneira de sinalizar a credibilidade do ajuste é essa." É uma discussão para novembro ou dezembro, acrescentou.

Segundo Borges, quatro itens de despesa - precatórios, Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e repasses ao Fundeb - aumentaram 1,7% do **PIB** de 2019 para cá. "Se voltarmos ao que era em 2019 nessas despesas - eu sei que é difícil -, teríamos mais ou menos o ajuste mínimo que precisamos hoje."

Mendes defende reformas "muito significativas" em emendas parlamentares, benefícios previdenciários, benefícios assistenciais, super salários, benefícios tributários. "É uma agenda muito difícil", comentou.

Em 2024, o pacote de ajuste proposto pela equipe econômica foi desidratado primeiro pelo Planalto, depois pelo Congresso. O que sobrou é uma amostra do que passa pelo filtro de ambos.

Por exemplo: o salário mínimo segue com aumentos acima da **inflação**, mas limitados a 2,5%. Os gastos

com pessoal crescerão em 2027, mas apenas 0,6%. Algumas despesas, como o seguro-defeso, estão sujeitas a um teto. São exemplos do que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, chamou de reduzir dinâmicas de crescimento das despesas - o que permitiria ajustar as contas "sem grandes reformas".

Nos bastidores, a Fazenda tem defendido limitar a 1,5% o crescimento anual das despesas, ante os 2,5% atuais. Nisso, diverge do Ministério do Planejamento, que não quer esse aperto, e sim mais instrumentos para cumprir as metas fiscais.

"O ambiente internacional agora está empurrando a gente para fazer um ajuste fiscal mais rápido, sob o risco de termos uma crise fiscal", afirmou Borges. Ajuste gradual era possível quando os juros longos americanos estavam baixos. De 2016 a 2022, ficaram em 2,1%. Mas, em 2023, a taxa havia atingido 4%. Nas últimas semanas, chegou a 4,7% anuais.

Diz a tradição oriental que 2027 será pautado pela sensibilidade e cooperação.

Será o ano da cabra. No caso do ajuste fiscal, estará mais para bode.

IPCA volta a ficar abaixo do teto, mas sinaliza o fim da melhora

"Entre os serviços, a principal pressão veio de componentes ligados a transportes, especialmente transportes" Rafaela de Sousa

Amparada por nova deflação forte de alimentos, a **inflação** teve o melhor resultado para um mês de julho desde 2022 e voltou a operar dentro da banda perseguida pelo Banco Central. A nova leitura, no entanto, deixou de trazer um qualitativo majoritariamente benigno como vinha ocorrendo nas últimas divulgações.

De acordo com o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desacelerou para 0,07% em julho, após alta de 0,16% em junho. É a menor leitura para um mês de julho desde 2022, quando, influenciada pelo polêmico corte do ICMS sobre combustíveis, energia e telecomunicações promovido pelo governo Jair Bolsonaro, o mês marcou deflação de 0,68%.

A taxa ficou acima da mediana das projeções de 28 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, de alta de 0,03%. O resultado veio dentro do intervalo das projeções, que iam de recuo de 0,03% a alta de 0,20%.

No acumulado em 12 meses, o IPCA desacelerou de 4,64% em junho para 4,44% no mês passado. Assim, voltou a operar abaixo do teto da meta perseguida pelo Banco Central pela primeira vez desde abril, quando a **inflação** marcou 4,39%. A meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Sete das nove classes de despesas apresentaram desaceleração na passagem do mês. Foram observadas taxas menores de **inflação** em alimentação e bebidas (de -0,24% para -0,67%); artigos de residência (de 0,23% para 0,07%); vestuário (de 0,17% para 0,66%); transportes (de 0,17% para 0,05%); despesas pessoais (de 0,25% para 0,22%); educação (de -0,02% para -0,03%); e comunicação (de 0,19% para 0,04%). Foram registradas taxas maiores em habitação (de 0,63% para 0,99%) e saúde e cuidados pessoais (de 0,23% para 0,40%).

Segundo o gerente da pesquisa no IBGE, Fernando Gonçalves, julho foi um mês marcado pelas variações

em alimentos, combustíveis e energia elétrica. Os preços de alimentação e bebidas caíram 0,67% em julho, o que significa intensificação da queda de 0,24% de junho e a deflação mais intensa desde julho de 2024 (-1%). Ao mesmo tempo, os preços de combustíveis recuaram 1,44%, com queda em todos: etanol (-2,26%), gasolina (-1,37%), óleo diesel (-1,22%) e gás veicular (-0,08%).

Por outro lado, o preço da energia elétrica subiu 3,09%, na esteira de reajustes tarifários em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, e foi o principal impacto individual de alta (0,13 ponto percentual). Com isso, o preço da habitação - grupo do qual fazer parte - avançou 0,99% em julho. Esta é a maior variação para o mês desde 2021 (3,10%).

Apesar da melhora, pesa o fato de que as surpresas altistas vieram concentrada em componentes dos núcleos, avalia a economista da Buysidebrazil Rafaela de Sousa.

"Entre os serviços, a principal pressão veio de componentes ligados a transportes, especialmente transportes por aplicativo e conserto de automóvel, contribuindo para uma alta de 0,42% dos serviços subjacentes na comparação mensal. O conjunto dessas pressões levou a média dos núcleos a acelerar de 0,21% para 0,26%, também acima da nossa expectativa de 0,18% e contrastando com a dinâmica mais benigna observada nos últimos meses", escreveu Rafaela em comentário a clientes.

"Em nossa avaliação, o resultado de julho representa uma leitura menos construtiva para a **inflação** corrente, sobretudo pela concentração das surpresas altistas em componentes dos núcleos e pela aceleração das medidas subjacentes. O dado, portanto, aumenta a importância das próximas divulgações para avaliar se a piora observada em julho foi pontual ou representa uma dinâmica mais persistente."

Principal vetor baixista das últimas divulgações, a deflação de alimentos dá sinais de que está perto de fim, nota o economista sênior da 4intelligence, Fabio Romão. Após queda de 0,67% no mês passado, ele espera contração de apenas 0,02% em agosto.

"É normal o mês de agosto ter deflação mais branda

que em junho e julho. Mas chegaram a ocorrer algumas sinalizações de que esse processo poderia continuar forte. Só que, olhando os últimos dados, como o atacado agropecuário do IGP-DI de julho, prévia do IGP-M de agosto e algumas coletas no varejo, a impressão é que a lua de mel de alimentação está acabando", diz.

Para Rafael Gonçalves, economista-chefe do Daycoval, embora a **inflação** de serviços tenha registrado repique, o quadro mais amplo ainda mostra arrefecimento.

"Vale salientar que, embora a leitura de julho tenha vindo pior que o esperado, ela segue desacelerando. A **inflação** de serviços rodava perto de 6% nas últimas leituras, mas agora está em 5,8% em 12 meses. Ainda é um patamar alto, mas demonstra melhora", diz Gonçalves. Ele pondera, no entanto, que o movimento não é uniforme: no caso dos serviços intensivos em trabalho, houve aceleração, de 7,13% par 7,30% em 12 meses.

"O fato de o IPCA de julho ter vindo acima do esperado não significa que o bom momento da **inflação** foi encerrado, mas apenas que houve uma volatilidade natural em cima de um nível já baixo. Inclusive a expectativa para o IPCA de agosto é de deflação - devido ao bônus de Itaipu", afirma o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal.

"Isso significaria que o caminho está pavimentado para uma nova queda dos juros em setembro? Não necessariamente. Apesar do bom momento, reaceleração do IPCA é esperada entre o final do terceiro trimestre e o quarto trimestre, principalmente pelos efeitos do El Niño. Além disso, grupos como os serviços intensivos em trabalho continuam acelerando e o BCB colocou um viés de alta para a sua projeção no horizonte relevante de política monetária (primeiro trimestre de 2028), que já está acima da meta (3,2%). Portanto, apesar de considerarmos que existe chance não desprezível de que os juros sejam reduzidos de 14% para 13,75% na próxima reunião, mantemos a expectativa de manutenção."

O Banco Inter, por sua vez, destaca o fato de que o índice de difusão - que mede o quão espalhadas estão as altas de preços - desacelerou de 54% para 50%, o menor valor em um ano. Além disso, o resultado cheio foi o menor para um mês de julho desde 2014, quando se exclui 2022.

"Os resultados dos últimos dois meses indicam retorno à tendência de desinflação observada pré-sazonalidade da virada de ano. Com a atividade econômica dando sinais de moderação, esperamos que o atual processo de desinflação continue

permitindo que o Copom prossiga com o atual ciclo de calibração na Selic", escreve. O banco vê cortes de 0,25 ponto porcentual nas próximas três reuniões do Copom, levando a Selic a encerrar o ano em 13,25%.

IFI vê economia aquecida, mesmo com desaceleração

"Inclusão de novas dimensões pode aprimorar leitura da capacidade produtiva" Rafael Curi

A economia brasileira chegou a 2026 ainda operando acima de seu potencial, com o hiato do produto em 0,9% no primeiro trimestre, segundo cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI). O indicador permanece positivo desde 2024, mostrando que a atividade segue aquecida, apesar da desaceleração observada no período recente. A nota técnica é assinada pelos analistas Rafael Curi, Rafael Bacciotti e Tallita Andrade.

O hiato do produto ajuda a medir o grau de aquecimento da economia. Quando está positivo, significa que o Produto Interno Bruto (**PIB**) efetivo está acima do potencial, ou seja, a atividade opera acima de sua tendência e está sujeita a pressões inflacionárias. Se houver uma desaceleração forte o suficiente para o **PIB** crescer menos do que seu potencial, o hiato tende a diminuir.

Além disso, por indicar em que ponto do ciclo a economia se encontra, o hiato contribui para a avaliação da postura fiscal, do resultado estrutural das contas públicas e para o monitoramento das regras fiscais.

Pelos cálculos da IFI, o hiato passou de 0,1% no primeiro trimestre de 2024 para 0,9% no segundo, 1,2% no terceiro e 0,9% no quarto. Em 2025, chegou a 1,3% no primeiro trimestre, recuou para 1,1% no segundo e para 0,6% no terceiro e no quarto, antes de voltar a 0,9% no primeiro trimestre deste ano.

O crescimento do **PIB** potencial, por sua vez, recuperou-se gradualmente após a pandemia e chegou a cerca de 2,3% em 2025, ainda abaixo do ritmo observado no auge dos anos 2000. A IFI aponta que a desaceleração do **PIB** efetivo, combinada à recuperação gradual do crescimento potencial, sugere uma aproximação entre as duas trajetórias.

O trabalho da IFI traz duas contribuições para o cálculo do hiato. A primeira é a incorporação de uma nova metodologia, chamada Função de Produção Expandida, que acrescenta área colhida e consumo de energia elétrica aos fatores tradicionalmente considerados, capital físico e trabalho. A segunda é a sistematização da forma como a IFI combina

diferentes metodologias para chegar à sua medida central.

Na função de produção tradicional, o trabalho tinha peso de 40%, e o capital, de 60%. Na versão expandida, esses pesos passam para 43,87% e 33,76%, respectivamente, enquanto terras agricultáveis e energia passam a responder por 12,98% e 9,40%.

"No caso brasileiro, a inclusão de dimensões como área colhida e consumo de energia elétrica pode aprimorar a leitura da capacidade produtiva, dada a relevância da agropecuária, do uso do solo e da energia para a atividade econômica", afirma Curi.

Nesse exercício específico, o **PIB** potencial passou de uma média de crescimento de 2,2% ao ano entre 2001 e 2025 para 2% entre 2006 e 2025, 1,4% entre 2011 e 2025 e 1% entre 2016 e 2025. No período mais recente, de 2021 a 2025, houve recuperação para 1,9% ao ano, puxada sobretudo pelo estoque de trabalho. Segundo a IFI, o resultado sugere que a melhora recente decorreu mais da recomposição dos fatores produtivos do que de uma aceleração robusta da produtividade.

A segunda contribuição da nota trata da forma como a IFI constrói sua medida central do hiato. Como o **PIB** potencial não é diretamente observável, diferentes métodos podem produzir resultados distintos. A instituição reúne estimativas obtidas por diferentes metodologias e utiliza a mediana dos resultados como referência.

"A combinação de métodos e o uso de intervalos de plausibilidade contribuem para uma leitura mais robusta, transparente e prudente da posição cíclica da economia brasileira", afirma Curi. É dessa combinação de diferentes metodologias que resulta o hiato de 0,9% no primeiro trimestre de 2026. A Função de Produção Expandida passa a integrar esse conjunto, sem substituir as demais abordagens.

Menos informação do Fed, mais incerteza

O **comunicado** de julho do comitê de política monetária do Fed (FOMC) e a entrevista do presidente Kevin Warsh reforçaram a mudança na comunicação da instituição, antes mesmo das conclusões do grupo de trabalho criado para tratar do tema. O novo padrão reflete a visão de Warsh de que o Fed deve falar menos, evitar explicitar opiniões e deixar os mercados interpretarem os fundamentos sem interferências. Sua avaliação é que o forward guidance e a comunicação do Fed levam o mercado a privilegiar documentos e pronunciamentos em detrimento da análise da economia, o que explicaria sua intenção de diminuir o número de reuniões do FOMC e de entrevistas.

Discordo dessas visões. O forward guidance é, por definição, condicionado ao cenário. As análises não são imutáveis e, portanto, a orientação futura não é compromisso incondicional. Divulgar documentos sem diagnóstico nem elementos para compreender a função de reação do Fed não é boa alternativa. Ainda assim, é improvável que o grupo de trabalho reverta a redução da transparência.

A entrevista sugeriu que o FOMC estaria reiniciando sua análise econômica. Warsh falou em compreender melhor a **inflação**, distinguir sinal de ruído, reexaminar canais de transmissão e avaliar efeitos da inteligência artificial (IA) no crescimento potencial. São temas relevantes, mas surpreenderia se só agora fossem avaliados. Também recomendou cautela diante das oscilações nos dados, enfatizando que não reagirá mecanicamente a um único número. Todavia, não se tornar refém da última divulgação difere de não detalhar sua leitura.

A ambiguidade é evidente na discussão da meta de **inflação**. Apesar de reafirmar o objetivo de 2% para a **inflação** PCE, o presidente declarou que acompanhará outros indicadores de **inflação** subjacente. É correto não usar apenas um indicador, mas é errado não revelar as métricas usadas na decisão. Seu argumento é que, ao explicar suas avaliações, o Fed fica sujeito à lei de Goodhart e à crítica de Lucas. A primeira alerta que uma medida perde qualidade informacional quando tratada mecanicamente como objetivo; a segunda, que relações passadas mudam quando a política altera comportamento e expectativas.

Embora válidas, nenhuma das duas recomenda ocultar o arcabouço de análise. Cabe ao Fed analisar o conjunto de informações, divulgar seu balanço de riscos e explicitar sua função de reação. Como os

preços dos ativos refletem a resposta esperada do Fed, a instituição precisa ser clara para melhor coordenar expectativas.

Warsh parte de outra tese: sem sinalizações, os agentes formulariam avaliações independentes, em vez de reproduzir opiniões do Fed. O erro é não perceber que a falta de comunicação dará lugar a especulações sobre a atuação da instituição, aumentando a incerteza e o prêmio de risco. Há aqui um problema de identificação: mesmo uma leitura independente depende dos preços dos ativos, que refletem, em parte, expectativas sobre a resposta do Fed. Quanto menos conhecida sua reação, maior a volatilidade dos preços.

Um banco central opaco também torna mais incertas as defasagens da política monetária. Com menos clareza e reuniões, o mercado pode interpretar mal as intenções do Fed e apreçar uma reação que não ocorrerá. Quando a decisão esperada não se materializa, a correção dos preços eleva a volatilidade e torna a economia menos estável.

Também é arriscado supor que variações dos juros longos substituem decisões sobre a taxa básica. Juros longos, câmbio e crédito são canais de transmissão monetária, mas seus movimentos refletem a expectativa de atuação do banco central. Surge, assim, um problema de expectativas autorreferenciais: o mercado aperta as condições financeiras à espera da ação monetária, e o Fed deixa de agir porque o aperto já ocorreu.

A leitura de Warsh sofre ainda de inconsistência intertemporal. O mercado antecipa parte do trabalho da política porque julga que o Fed atuará. Sua credibilidade reduz o custo da política ao tornar mais eficaz a reação esperada, mas não substitui seus instrumentos nem elimina a necessidade de agir quando **inflação** e crescimento se afastam dos objetivos.

Mesmo reiterando o compromisso com a estabilidade de preços e reconhecendo que a piora da **inflação** pode exigir juros mais altos, Warsh não admite o trade-off de curto prazo entre redução da **inflação** e ampliação do emprego. Seu raciocínio se apoia na evidência de que a estabilidade de preços favorece crescimento e emprego no longo prazo, mas ignora que juros altos costumam enfraquecer a demanda e elevar o desemprego no curto prazo.

Nesse contexto, o presidente relativiza o canal tradicional pelo qual juros maiores reduzem a demanda e, com defasagem, a **inflação**. Prefere enfatizar credibilidade, expectativas, juros reais e condições financeiras. Erra, porém, ao minimizar a necessidade de atuar sobre a demanda agregada no combate à **inflação**. Ganhos de produtividade, inclusive com IA, elevarão o crescimento potencial, mas a política monetária não pode supor efeitos rápidos sobre a oferta a ponto de acomodar a demanda presente.

O **comunicado** do FOMC e a entrevista sugeriram que se discute nova forma de atuação monetária, mas não esclareceram por que a **inflação** mais alta não justifica elevar os juros agora. Manter intenso debate sobre **inflação**, atividade e transmissão monetária, como o presidente diz ter ocorrido, não é reagir: seria preciso produzir diagnóstico claro, estratégia coerente e decisões compreensíveis.

Há ainda risco de descoordenação na comunicação. Apenas Warsh fala em nome do comitê. Se não sintetizar as visões dos demais membros em mensagem coerente, as vozes mais frequentes e enfáticas tendem a preponderar na percepção do mercado, mesmo sem representar a mediana do FOMC, ampliando o ruído nos preços.

Em suma, a percepção de que metas, atuação e comunicação do Fed estão sendo repensadas agrega incerteza desnecessária e eleva a volatilidade dos preços dos ativos, o prêmio de risco e o custo de convergência da **inflação** à meta. Trocar clareza por silêncio não é um avanço, e sim um retrocesso que um banco central responsável deveria evitar.

Ata e IPCA reforçam previsão de corte da Selic em setembro

13,75% é a previsão majoritária para a Selic em setembro

Dois dos eventos mais esperados da semana para o mercado de juros, a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) e a divulgação do IPCA de julho, pouco fizeram para alterar as perspectivas dos investidores quanto aos próximos passos da taxa Selic. Sem novas informações relevantes para incorporar ao cenário de curto prazo, o mercado manteve firme a expectativa por um novo corte de juros em setembro, ao passo em que a continuação do ciclo de flexibilização após o mês que vem segue incerta.

Do lado da autoridade monetária, a ata manteve a mensagem de que a desaceleração da atividade e a moderação da **inflação** nos últimos meses permitiram ao Copom cortar a Selic de 14,25% a 14% na semana passada, ainda que riscos derivados de choques de oferta, da política fiscal expansionista e da desancoragem das expectativas de **inflação** persistam e impeçam uma redução maior da Selic. Neste contexto, os próximos passos seguirão dependentes da evolução dos dados, conforme afirma o Copom.

"Foi uma ata bem neutra, bem parecida com o **comunicado** da quarta-feira passada", diz Flávio Serrano, economista-chefe do Banco Bmg. "O BC deixa a porta aberta para qualquer ação [em setembro], e isso vai depender bastante da evolução dos dados até lá."

Para ele, a desaceleração da economia como um todo é importante para que o Copom ganhe confiança no efeito que a política monetária restritiva gera sobre a demanda. Serrano ainda elogia a ata mais enxuta, que ajudou a tornar a comunicação mais "clara" que a da decisão anterior de junho.

Já Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Pine, dá destaque ao reconhecimento da perda de ímpeto da atividade e da moderação da **inflação**, presente no **comunicado** da decisão da semana passada e reforçado na ata. Diante da percepção de que a desaceleração motivada pelo elevado nível dos juros deve continuar, o banco revisou o seu cenário-base e agora espera Selic de 13,25% no fim deste ano - de 14% da projeção anterior.

"A revisão reflete, principalmente, nossa expectativa de continuidade da desaceleração da atividade econômica, que deverá contribuir para o processo de desinflação. Ainda assim, avaliamos que o ciclo de calibração do grau de restrição monetária deverá permanecer gradual, diante da desancoragem das expectativas de **inflação** e dos riscos ainda elevados em torno do cenário prospectivo", diz Oliveira.

Oliveira também dá destaque ao trecho da ata que comenta sobre os choques de oferta atualmente em curso, como o do petróleo, ou que podem vir a afetar a **inflação**, como os eventuais impactos do El Niño. Segundo o Copom, a política monetária não vai reagir diretamente aos choques, mas o comitê se manterá atento aos seus efeitos secundários. "A sinalização é particularmente relevante diante dos choques associados ao petróleo e ao clima, indicando que seus impactos diretos não necessariamente exigem resposta da política monetária, desde que não provoquem contaminação mais ampla da **inflação** e das expectativas", avalia.

Para Serrano, do Bmg, a incerteza quanto ao impacto do El Niño sobre os preços de alimentos está entre os principais fatores que, a princípio, justificariam uma postura mais conservadora do Copom a partir do quarto trimestre. Ele vê como provável um novo corte da Selic em setembro, a 13,75%, mas não espera quedas adicionais do juro básico depois do mês que vem.

"O cenário justifica cortes de juros. Também caberia uma pausa, pelo nível elevado de incerteza, mas há evolução favorável dos dados com a atividade e **inflação** desacelerando", avalia Serrano, ainda que pondere que os preços seguem em níveis incompatíveis com a meta.

Nesse sentido, o IPCA de julho reforçou a melhora qualitativa da **inflação** que é observada desde maio, segundo o economista. O índice anotou um avanço de 0,07% na comparação com junho, ligeiramente acima do esperado, o que não mudou de forma relevante a leitura otimista do mercado sobre a tendência de curto prazo mais benigna.

Serrano aponta que quase toda a surpresa de alta do IPCA divulgado ontem se deu por conta de um avanço um pouco mais forte da **inflação** de alimentos. Por

outro lado, os preços de serviços intensivos em mão de obra e a média dos núcleos vieram praticamente alinhados com a expectativa do Banco Bmg. O ponto negativo, de acordo com o economista, ficou com a **inflação** subjacente de serviços um pouco mais pressionada que o esperado, mas nada que altere a tendência positiva de desaceleração dos últimos meses.

Sem mudança na percepção de arrefecimento da **inflação**, os investidores precificam uma chance de 73% de que a Selic seja cortada de 14% a 13,75% no mês que vem, contra 23,5% de probabilidade de manutenção do juro básico, conforme mostrava o mercado de opções de Copom ao fim do pregão de ontem. Para a decisão de novembro, o cenário é menos claro e, no momento, a chance de manutenção da Selic é maior que a de outro corte de 0,25 ponto percentual, com 51% contra 30% de probabilidade, respectivamente.

Copom vê juro alto funcionando e destaca limite para flexibilização

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reconhece, em ata divulgada nesta terça, que a política monetária está produzindo os efeitos esperados, mas sinaliza que o processo de calibração da taxa de juros não deve ser visto como uma trajetória aberta, com cortes sucessivos e sem horizonte definido.

O BC assinala que a **inflação** "permanece pressionada pela demanda", o que exige que a política monetária "mantenha caráter restritivo". Essa mensagem, a rigor, já vinha sendo repetida desde o começo do ciclo de distensão monetária, mas a ata dá mais ênfase a esses limites, num possível recado de que o mercado não deveria precificar cortes na Selic em um horizonte indefinido de tempo.

Para a próxima reunião, o Copom manteve sua comunicação em aberto: não deu nenhum sinal antecipado, o que, em tese, significa que pode manter a taxa nos atuais 14% ao ano ou cortá-la para 13,75%, a depender da evolução dos dados econômicos.

A projeção de **inflação** do Copom no cenário básico (que aponta **inflação** de 3,2% no horizonte relevante de política monetária, muito perto da meta de 3%) indica que há espaço para o corte residual de juros de 0,25 ponto percentual previsto pelo boletim Focus, que alimenta o modelo do BC.

Mas o Copom vem destacando alguns riscos no cenário que podem fazer com que a **inflação** saia do esperado. No **comunicado** da semana passada, deu ênfase à desancoragem das expectativas de **inflação** de longo prazo e também à política fiscal. Na ata de hoje, menciona choques de oferta, o que parece ser uma referência à guerra no Irã e ao El Niño.

"Choques de oferta têm exercido influência relevante tanto sobre a trajetória recente da **inflação** quanto sobre sua trajetória prospectiva", diz a ata do Copom. "O Copom avalia que não deve reagir aos efeitos primários de choques dessa natureza, mas que é necessário monitorar com atenção eventuais efeitos de segunda ordem e reagir com firmeza caso esses efeitos se materializem."

Esses choques têm duas implicações no arcabouço analítico do Copom. Primeiro, podem ser incorporados ao cenário básico de projeção de **inflação**, juntamente

com a política fiscal e de crédito do governo. "O Comitê continuará acompanhando os dados para calibrar e refinar os impactos das medidas de estímulo à demanda e dos choques de oferta", diz a ata, no parágrafo que fala sobre sua projeção de **inflação**.

Outro impacto é que, nas suas decisões, o Copom deverá pesar o risco de, ao fim, prevalecer um cenário alternativo mais negativo, em vez do cenário básico com o qual trabalha atualmente.

A cada reunião, os membros do Copom examinam não apenas a projeção de **inflação** no cenário básico. Eles também recebem exercícios feitos pelo corpo técnico do BC que mostram como a **inflação** vai se comportar se alguns dos fatores de risco para a **inflação** se materializarem.

O Copom reforça, mais uma vez, que vai agir com serenidade e cautela na política monetária, mensagem que vem indicando que não pretende fazer movimentos bruscos para reagir caso um cenário pior se confirme.

Feitas todas essas ressalvas do lado dos riscos, o Copom dá várias indicações de que o cenário tem se desenrolado da forma prevista, tanto no que diz respeito ao desaquecimento da atividade econômica quanto do lado da **inflação**, sinais de que os juros altos estão fazendo efeito.

FMI e a nova fronteira dos fundos de investimento

Nas últimas semanas de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, em conjunto com o Banco Mundial, o Financial System Stability Assessment (FSAP), avaliação independente da estabilidade, da regulação e da supervisão do sistema financeiro brasileiro. O FSAP figura entre os diagnósticos mais abrangentes sobre a solidez do sistema financeiro de um país e serve de referência para formuladores de políticas públicas, reguladores e participantes de mercado.

A conclusão central é positiva. O FMI considera o sistema financeiro brasileiro sólido, resiliente e capaz de absorver choques macroeconômicos relevantes, o que reflete o amadurecimento institucional observado desde a avaliação anterior, em 2018. Em um cenário internacional de elevada volatilidade, tensões geopolíticas, **inflação** persistente e rápida transformação tecnológica, esse reconhecimento ganha relevância especial.

O documento destaca os avanços do país no fortalecimento do arcabouço regulatório e institucional. Segundo o FMI, o Brasil apresenta elevado grau de aderência aos padrões internacionais de regulação e supervisão bancária, fruto de aperfeiçoamento contínuo conduzido pelas autoridades financeiras ao longo da última década.

Outro ponto reconhecido é a transformação digital do sistema. O relatório cita o Pix, o Open Finance e as iniciativas de democratização e concorrência como vetores de eficiência, inclusão financeira e redução de custos. No mercado de capitais, esse mesmo movimento está no Open Capital Market, iniciativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) voltada à abertura e ao maior acesso de participantes, que tem na portabilidade de investimentos um de seus marcos. O Brasil consolida-se, assim, como referência internacional em infraestrutura financeira digital, e demonstra que inovação e estabilidade caminham juntas quando a regulação é consistente.

O sucesso dessas transformações altera a natureza dos riscos à estabilidade. As preocupações, antes concentradas no sistema bancário tradicional, estendem-se hoje a fundos de investimento, securitizações, plataformas digitais e demais instituições financeiras não bancárias, conhecidas pela sigla em inglês NBFI.

Esse movimento sinaliza amadurecimento. Mercados de capitais mais desenvolvidos ampliam as alternativas ao crédito bancário, e o avanço do crédito privado ilustra bem essa transição, ao aproximar poupança e investimento com maior eficiência na alocação de recursos.

A evolução pede novos instrumentos de supervisão. O FMI recomenda fortalecer o monitoramento das NBFI, ampliar os testes de estresse, aperfeiçoar a gestão de liquidez dos fundos, desenvolver métricas mais sofisticadas de alavancagem e aprofundar a análise dos riscos sistêmicos que decorrem das interconexões entre os segmentos. O relatório enfatiza ainda a coordenação entre Banco Central, CVM, Susep e Previc, o compartilhamento de informações entre reguladores e o reforço da segurança cibernética.

Minha leitura acrescenta um ponto à agenda tradicional das organizações internacionais. FMI, Banco Mundial e Financial Stability Board concentram-se, em geral, na gestão de liquidez e no controle da alavancagem, vetores importantes de monitoramento de risco sistêmico. Os episódios recentes no Brasil, porém, revelam uma prioridade que merece maior centralidade: aprimorar a identificação dos beneficiários finais dos fundos de investimento e assegurar transparência sobre a propriedade efetiva dos ativos.

Essa discussão vai além do campo prudencial. Saber quem controla ou se beneficia dos investimentos importa tanto quanto monitorar liquidez ou alavancagem. Em um sistema cada vez mais sofisticado, conhecer a cadeia de propriedade econômica preserva a integridade do mercado e assegura que cada estrutura sirva a um propósito legítimo.

Os avanços recentes da

CVM caminham nessa direção, sobretudo no fortalecimento das regras de identificação de investidores e na modernização da regulação dos fundos.

Permanece aberto o espaço para aprofundar mecanismos que revelem aos reguladores, de forma tempestiva e confiável, a estrutura de propriedade de

arranjos complexos.

Fato é que o diagnóstico do FMI aponta um caminho objetivo. O próximo ciclo de evolução da supervisão tende a deslocar o foco do sistema bancário tradicional para o Mercado de Capitais, para a intermediação não bancária e para os novos temas trazidos pela inovação tecnológica. Nesse ciclo, a transparência quanto aos beneficiários efetivos desponta como a fronteira mais promissora. Ela sustenta a confiança que viabiliza o crescimento do mercado e dá consistência a todo o arcabouço já construído. Aí está a próxima fronteira da supervisão, e o

Brasil reúne maturidade institucional para liderá-la.